



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 148

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 01 DE DEZEMBRO DE 2009

ANO XXXIV

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

VALDIR ROSSONI
2º Secretário - PSDB

ELTON WELTER
3º Secretário - PT

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PRB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Elio Rusch
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Péricles de Mello
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV Reni Pereira
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 17: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mario Roque - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 08: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Mauro Moraes - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Lemos - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 01: Reni Pereira; **PR** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 148

141ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 03

Presenças 03

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Requerimentos 03

Projetos de Lei 07

Pequeno Expediente:

Dep. Antonio Belinati 09

Dep. Neivo Beraldin 11

Dep. Professor Lemos..... 11

Dep. Jocelito Canto..... 12

Dep. Tadeu Veneri..... 14

Dep. Elio Rusch 15

Dep. Valdir Rossoni 17

Grande Expediente:

Sr. Vítor Monastier 19

Sr. Darci Piana 23

Sr. João Barreto Lopes 25

Horário das Lideranças:

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 10

Liderança do Bloco PTB/PR

Dep. Jocelito Canto 13

Liderança da Oposição

Dep. Elio Rusch 15

Liderança do PSDB

Dep. Valdir Rossoni 18

Liderança do PMDB

Dep. Edson Strapasson 27

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Douglas Fabrício 28

Liderança do DEM

Dep. Plauto Miró 30

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV

Dep. Rosane Ferreira 30

Liderança do PT

Dep. Elton Welter 32

Liderança do Governo

Dep. Luiz Claudio Romanelli 34

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 35

Discussão/Votação

Redação Final 36

2ª Discussão 36

1ª Discussão 36

Requerimentos 41

Explicações Pessoais:

Dep. Jocelito Canto 44

Dep. Valdir Rossoni..... 46

Encerramento da Sessão 47

DIÁRIO Nº 148**141ª SESSÃO ORDINÁRIA**

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
16ª LEGISLATURA
ATA DA 141ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
01 DE DEZEMBRO DE 2009**

*(terça-feira)***Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, secretariado pelos Srs. Deputados Jonas Guimarães e Dr. Batista.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Elton Welter, Cida Borghetti, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Scnavaca, Francisco Bühler, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mario Roque, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Lemos, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri e Teruo Kato (52).

Ausente o Sr. Deputado Waldyr Pugliesi (01).

Ausente com justificativa o Sr. Deputado Fábio Camargo (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:**Requerimentos**

REQUERIMENTO Nº 5843

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a dispensa de redação final para os projetos votados na presente Sessão Plenária e que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 01/12/09.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 5850

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que o Projeto de Lei nº 449/09, item V da Ordem do Dia de hoje, de autoria do Poder Executivo, que objetiva autorizar o Poder Executivo a construir a pequena Central Hidrelétrica Cavernoso II, localizada no rio Cavernoso nos Municípios de Virmond e Condói, seja encaminhado à Comissão de Obras Públicas para receber parecer.

Sala das Sessões, em 01/12/09.

(a) MARCELO RANGEL

REQUERIMENTO Nº 5838

Senhor Presidente:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após receber o apoio de seus Pares, seja consignado na ata da presente Sessão votos de profundo pesar à família de Pedro Humberto Zanusso pelo seu falecimento, em 01/12/09. Deixa viúva Débora Zanusso e 1 (um) filho, João Pedro.

Esta Casa reverencia a memória de Pedro Humberto Zanusso, trabalhador infatigável na área da saúde. Acompanhava carinhosamente os doentes do interior do Paraná na Capital, encaminhava-os para exame e realizava a internação de pacientes, quando necessário. Irmão do ex-Deputado Basílio Zanusso, "Pedrinho", como era chamado pelos amigos e familiares, deixa um legado exemplar de serviço, dedicação e doação ao próximo. O Deputado Teruo Kato e esta Casa de Leis, associando-se às manifestações de profundo pesar, apresenta à família enlutada suas mais sinceras condolências.

Requer à Mesa, por fim, o envio de cópia deste documento à família Zanusso na pessoa de Débora Zanusso.

Sala das Sessões, em 01/12/09.

(a) TERUO KATO

REQUERIMENTO Nº 5841

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente requerimento, REQUER depois de se ouvir o douto Plenário que seja inserido nos Anais desta Casa votos de congratulações para a população de Querência do Norte, pela comemoração dos 54 anos de emancipação política do Município.

Criado através da Lei Estadual nº 253, de 26/11/54, foi instalado oficialmente em 05/12/55, sendo desmembrado de Paranavaí.

Com uma população aproximada de 12 mil 306 habitantes, segundo previsão do IBGE em 2009.

Sua Prefeita é Rozinei Aparecida Raggioto de Oliveira, seu vice-Prefeito é Kleber Hudson Canassa e o Presidente da Câmara é o Vereador Antonio Leodi Sabot.

A principal atividade econômica é a produção de grãos. Querência do Norte é conhecida como a Capital do arroz do Estado do Paraná. Outras fontes do Município são a produção industrial de calça jeans, bovinos, suínos e grandes plantações de mandioca. Para os pequenos e grandes produtores, segue o algodão.

Sala das Sessões, em 01/12/09.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 5842

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente requerimento, REQUER depois de se ouvir o douto Plenário que seja inserido nos Anais desta Casa votos de congratulações para a população de Santa Fé, pela comemoração dos 53 anos de emancipação política do Município.

Criado através da Lei Estadual nº 2486, de 14/11/55, foi criado o Município de Santa Fé, com território desmembrado de Astorga, sendo instalado a 15/11/56. O aniversário da Cidade é comemorado no dia 09 de dezembro.

Com uma população aproximada de 10 mil 354 habitantes, segundo previsão do IBGE em 2009.

Seu Prefeito é Fernando Brambilla, seu Vice-Prefeito é Ademir Licce e o Presidente da Câmara é o Vereador Adeildo Pereira Carnauba.

Os principais produtos agropastoris do Município é o leite, a soja, o milho e bovinos e as indústrias dominantes são têxteis, produtos alimentícios e madeira.

Sala das Sessões, em 01/12/09.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 5844

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações ao time de futsal da COPAGRIL do Município de Marechal Cândido Rondon, por ter sido campeão paranaense de futebol de salão no ano de 2009.

Requer, outrossim, seja dada ciência do presente requerimento ao Presidente da COPAGRIL, Sr. José Eduardo de Oliveira Santana.

Sala das Sessões, em 01/12/09.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

A tão sonhada conquista do título de Campeão Paranaense de Futsal Chave Ouro veio na noite da última sexta-feira (27/11). Diante de uma torcida de aproximadamente 4 mil 500 pessoas a COPAGRIL/FAVILLE/DALPONTE/MCR Futsal goleou o São Miguel/Roadstar pelo placar de 5x1, no Ginásio Ney Braga. A equipe rondonense havia vencido o primeiro jogo da final em São Miguel do Iguazu pelo placar de 5x2 no dia 21/11. Além deste, a equipe coleciona os títulos de Campeã dos Jogos Abertos Brasileiros (Jaraguá do Sul, SC-2008), Campeã do Futsal Masculino na 50ª edição dos Jogos Abertos do Paraná (Toledo, PR-2007), Campeã dos Jogos Abertos do Paraná - Fase Regional e Final B (2006), 3º lugar no Campeonato Paranaense de Futsal - Chave Ouro (2006), Campeão da Paranaense da 10ª Chave Prata de Futsal (2004), Campeã do Troféu Difusora de futsal (2003), Campeã dos Jogos Abertos do Paraná - Fase Regional B (2002) e Campeão Paranaense da IV Chave Bronze de Futsal (2001).

REQUERIMENTO Nº 5845

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações pelo 119º aniversário do Clube Duque de Caxias, situado na Capital Paranaense.

Requer, outrossim, seja dada ciência do presente requerimento ao Sr. Manoel Oliveira Azevedo, presidente.

Sala das Sessões, em 01/12/09.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

Fundado em 07/12/1890, por Heinrich Hillmann, Ferdinand Senff, August Loeser, Anton Loeser e Wilhelm Lindroth, teve a denominação de Teuto Brasilianischer Turn Verein Zu Curitiba (Clube de Ginástica Teuto Brasileiro de Curitiba), com sua primeira sede social no Alto São Francisco. Em 1911, foi adquirida a área na rua Dr. Muricy, esquina com a José Loureiro, com a sede construída em 2 anos. Em 1933, com dinheiro dos sócios e também de doações do Governo alemão, foi possível comprar a Gleba no Bacacheri, projetando o Paraná no setor desportivo através da Ginástica Olímpica, Judô, Voleibol e Atletismo. Atualmente, o Punhobol é a modalidade esportiva, na qual o Clube é campeão mundial. Hoje são 12 mil associados, sendo 3 mil patrimoniais. Além dos esportes, na parte cultural existe um Grupo Folclórico Grünwald, formado por adultos, jovens e crianças.

REQUERIMENTO Nº 5846

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos legislativos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Florai pela passagem de seus 53 anos de emancipação política, no próximo dia 15/12/09.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Edson Luiz Ratti, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Sr. Marino Donizete Tessarolo Sanches bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a população de Florai.

Sala das Sessões, em 01/12/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

No próximo dia 15, o Município de Florai, estará comemorando seus 53 anos de aniversário de emancipação política. E, é com muita satisfação que constatamos que o Município atravessa uma fase de desenvolvimento significativo;

Em Florai, os primeiros homens foram agricultores.

Foi seu instinto que os levou a amarrar a terra, para dela tirarem o necessário para seu sustento.

Não foi, pois as artes e as ciências que o homem dedicou os primeiros albos de sua inteligência e sim a agricultura. Não é sem razão, pois, que ela é tida como a indústria mãe.

Com efeito, quantas não são, nos tempos modernos as indústrias e quantas não tem por fim auxiliá-la, para que seu rendimento seja maior? É verdade que essa industrialização se baseia nos progressos da agricultura.

Fiquem, portanto, certos todos os organizadores do Município de Florai, que o meio de vida que abraçaram é um dos mais nobilitantes dentre todas as atividades a que as famílias se possam entregar.

Explorar a terra, cultivar as árvores e os cereais, desenvolver a pecuária, é concorrer para a satisfação das mais prementes necessidades das famílias de Florai.

Entendemos não ser justo as famílias do campo, desviarem seus filhos para outras profissões que poderão julgar mais nobilitantes, pois, essa é das mais altas e certamente é aquela que mais puros prazeres pode proporcionar. Pois que por ela o homem está mais em contato com a natureza que ainda é a fonte mais pura de onde flui a satisfação humana.

Que a agricultura, a pecuária e o cereal, prosperem produzindo os almeçados frutos são os votos deste Parlamentar, para galardão e felicidades de toda a população do Município de Florai.

Natal é tempo de ver em profundidade. Natal é tempo de renascer, sorrindo fraternidade. Olhar em frente, olhar para trás, O verbo fala humildemente. A luz resplandece. Tudo deve ser paz, tudo é Natal. Nasceu o salvador, ele veio implantar esperança e fraternidade.

Desejamos passar um Natal e fazer um ano novo a responsabilidade de seres amados pessoalmente por Deus, respondendo a este amor pela construção da paz, pelo triunfo da justiça num mundo de fraternidade.

Brotará um ramo da raiz e a população toda do Município de Florai, se encherá de glória do Senhor, com um feliz Natal e próspero Ano Novo com bastante saúde, sempre acompanhados por Deus e Nossa querida Nossa Senhora Aparecida, Padroeira do Brasil. São os desejos sinceros do Deputado.

REQUERIMENTO Nº 5847

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos legislativos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Quinta do Sol, pela passagem de seus 45 anos de emancipação política, no próximo dia 14/12/09.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Antonio Roberto de Assis, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Sr. João Cláudio Romero, bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a população de Quinta do Sol.

Sala das Sessões, em 01/12/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A homenagem que, através desta proposição queremos prestar ao Município de Quinta do Sol, por ocasião de mais um aniversário de sua emancipação política, será das mais expressivas pelo nosso reconhecimento ao trabalho desenvolvido em prol da grandeza de toda a região.

O nascimento de Jesus Cristo, a maior celebração cristã do mundo, é comemorado em todo o planeta e exige de nós, uma profunda reflexão sobre o dia de Natal.

Além do nascimento de Jesus, o Natal é uma data que tem uma multiplicidade enorme de simbologias. É uma linda festa para agregar a família, representa a esperança e a fé.

Se espelhar em Deus é perseguir continuamente um rosário de condutas que dignificam a alma humana.

Vivemos tempos difíceis, mas superá-los é o maior ensinamento de Jesus Cristo.

Vamos todos juntos festejar o Natal e desejar um feliz Ano Novo com muita saúde e felicidade.

REQUERIMENTO Nº 5848

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos legislativos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Peabiru, pela passagem, no próximo dia 14/12/09, de seus 58 anos.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. João Carlos Klein, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Sr. Mauro Biachini, bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a população de Peabiru.

Sala das Sessões, em 01/12/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É com grande alegria que a população do Município de Peabiru irá comemorar, no próximo dia 14 de dezembro, a passagem de seus 58 anos. Assim sendo, elevamos o nosso pensamento a Deus para que abençoe seus administradores e toda a população que tem sempre colaborado para o desenvolvimento cada vez maior do Município.

O nascimento de Jesus Cristo, a maior celebração cristã do mundo, é comemorado em todo o planeta e exige de nós cristãos, uma profunda reflexão sobre os ensinamentos divinos e os tempos modernos.

Além do nascimento de Jesus, o Natal é uma data que tem uma multiplicidade enorme de simbologias. É uma linda festa para agregar a família.

Vamos todos juntos com a população do Município de Peabiru, festejar com o coração o Natal e um feliz ano novo com muita saúde a todos.

REQUERIMENTO Nº 5849

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos legislativos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Paranavaí pela passagem de seus 57 anos de emancipação política, no próximo dia 14/12/09.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Rogério José Lorenzetti, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Sr. Alziro Melli Lopes bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a população de Paranavaí.

Sala das Sessões, em 01/12/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

No próximo dia 14, o Município de Paranavaí, estará comemorando seus 57 anos de aniversário de emancipação política. E, é com muita satisfação que constatamos que o Município atravessa uma fase de desenvolvimento significativo.

Em Paranavaí, os primeiros homens foram agricultores.

Foi seu instinto que os levou a amansar a terra, para dela tirarem o necessário para seu sustento.

Não foi, pois as artes e as ciências que o homem dedicou os primeiros albos de sua inteligência e sim a agricultura. Não é sem razão, pois, que ela é tida como a indústria mãe.

Com efeito, quantas não são, nos tempos modernos as indústrias e quantas não tem por fim auxiliá-la, para que seu rendimento seja maior? É verdade que essa industrialização se baseia nos progressos da agricultura.

Fiquem, portanto, certos todos os organizadores do Município de Paranavaí, que o meio de vida que abraçaram é um dos mais nobilitantes dentre todas as atividades a que as famílias se possam entregar.

Explorar a terra, cultivar as árvores e os cereais, desenvolver a pecuária, é concorrer para a satisfação das mais prementes necessidades das famílias de Paranavaí.

Entendemos não ser justo as famílias do campo, desviarem seus filhos para outras profissões que poderão julgar mais nobilitantes, pois, essa é das mais altas e certamente é aquela que mais puros prazeres pode proporcionar. Pois que por ela o homem está mais em contato com a natureza que ainda é a fonte mais pura de onde flui a satisfação humana.

Que a agricultura, a pecuária e o cereal, prosperem produzindo os almejados frutos são os votos deste Parlamentar, para galardão e felicidades de toda a população do Município de Paranavaí

Natal é tempo de ver em profundidade. Natal é tempo de renascer, sorrindo fraternidade. Olhar em frente, olhar para trás, O verbo fala humildemente. A luz resplandece. Tudo deve ser paz, tudo é Natal. Nasceu o salvador, ele veio implantar esperança e fraternidade.

Desejamos passar um Natal e fazer um ano novo a responsabilidade de seres amados pessoalmente por Deus, respondendo a este amor pela construção da paz, pelo triunfo da justiça num mundo de fraternidade.

Brotará um ramo da raiz e a população toda do Município de Paranavaí, se encherá de glória do Senhor, com um feliz Natal e próspero Ano Novo com bastante saúde, sempre acompanhados por Deus e Nossa querida Nossa Senhora Aparecida, Padroeira do Brasil. São os desejos sinceros do Deputado.

REQUERIMENTO Nº 5852

Senhor Presidente:

O Deputado que abaixo subscreve, valendo-se de suas competências regimentais, solicita informações, por meio desta e após a apreciação pelo Plenário desta Casa de Leis, que seja enviado expediente ao Sr. Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, para que este forneça informações acerca das seguintes questões:

1. Desde a implantação do Programa Trator Solidário, no Estado do Paraná, quantos foram os contratos já efetuados?

2. Quais os Municípios que já foram atendidos com o referido programa?

3. Quantos contratos por Município?

4. Quantos tratores efetivamente já foram entregues? Especificar quantidades por Município;

Diante do presente, certo de que com respeito à atuação, deste Parlamentar, receberemos o quanto antes as respostas necessárias ao esclarecimento da questão, agradecemos antecipadamente.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 01/12/09.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 681/09

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Produtores de Hortifrutigranjeiros de Palmeira, com sede e foro no Município de Palmeira.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 01/12/09.

(a) PÉRICLES DE MELLO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa declarar de utilidade pública a Associação dos Produtores de Hortifrutigranjeiros de Palmeira, com sede e foro no Município de Palmeira.

A presente entidade tem por finalidade: estimular, diversificar e qualificar os seus associados, fomentando através de iniciativas educacionais e da consolidação de parcerias institucionais que garantam o desenvolvimento sustentáveis, apoiando todas as atitudes que levem ao crescimento social, humano e econômico.

Ante ao exposto, aguardo da parte de meus nobres Pares a aprovação de presente propositura.

PROJETO DE LEI Nº 682/09

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública o Centro Integrado de Psicologia e Psiquiatria, com sede e foro no Município de São José dos Pinhais.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 01/12/09.

(a) PÉRICLES DE MELLO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa declarar de utilidade pública o Centro Integrado de Psicologia e Psiquiatria, com sede e foro no Município de São José dos Pinhais.

A entidade tem desenvolvido atividades, com objetivo de prover meios de prevenção, promoção, intervenção social, para restaurar a saúde mental.

A entidade vem promovendo cursos, nas áreas de saúde mental e dependência química e desenvolvimento humano/social.

Ante ao exposto, aguardo da parte de meus nobres Pares a aprovação de presente propositura.

PROJETO DE LEI Nº 683/09

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual a Fundação São José dos Pinhais - FUNDESPI, com sede e foro no Município de São José dos Pinhais.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 01/12/09.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

JUSTIFICATIVA:

A Fundação São José dos Pinhais - FUNDESPI de São José dos Pinhais é entidade civil, sem fins lucrativos, fundada em 22/03/83, portanto há mais de 26 anos e que tem por objetivo criar, instalar e manter estabelecimentos educacionais, estimular instituições culturais e sociais, bem como manter e apoiar instituições, projetos, ações e programas voltados à proteção e preservação do meio ambiente.

Para que a Fundação São José dos Pinhais - FUNDESPI possa se fortalecer e alcançar os objetivos estabelecidos em seu estatuto é necessário, também, que esta Assembleia Legislativa institua a ela a utilidade pública estadual.

Assim pedimos o apoio e o voto favorável de todos os Pares desta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 684/09

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública o Centro de Atendimento à Criança Adolescente e Família - CECAF, com sede e foro no Município de Mandaguari/PR.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 01/12/09.

(a) ROSANE FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

O Centro de Atendimento à Criança Adolescente e Família - CECAF desenvolve o Programa Doutrina de Proteção Integral, para crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social. Foi fundado em 25/03/97, sendo uma pessoa jurídica de direito privado, filantrópica, sem fins lucrativos ou partidários e com prazo de duração indeterminado. Tem como sede e foro permanente a rua Aquilino Botura, s/n, Jardim Boa Vista no Município de Mandaguari, Estado do Paraná.

O CECAF possui caráter assistencial e oferece abrigo às crianças e adolescentes vítimas de violência física, sexual ou psicológica. Além disso, na realização dos seus trabalhos, não faz qualquer discriminação de nacionalidade, cor, sexo, raça ou credo, pugnando pela defesa dos direitos da criança e do adolescente, proporcionando-lhes proteção integral e melhor qualidade de vida.

Destaque-se ainda que os seus diretores, conselheiros, sócios instituidores, benfeitores, ou equivalentes, não percebem qualquer remuneração, salário, bonificações ou vantagens em razão de suas competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos (conforme artigo 28 de seu Estatuto Social).

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI N° 685/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° No âmbito da Administração Pública Direta ou Indireta é vedada a contratação direta ou indireta de servidores, ainda que terceirizados, que percebam ou perceberão piso salarial inferior ao Salário Mínimo Regional do Estado do Paraná.

Art. 2° Aos contratos de trabalho ou de serviços terceirizados que estejam em vigor, incumbe a Administração Pública, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da vigência da presente lei a promover o equilíbrio dos contratos, para vigência imediata do disposto no *caput*.

Art. 3° Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 01/12/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Constatamos através da xerocopia do contracheque de várias servidoras da firma Higi Serv Limpeza e Conservação S/A., que os funcionários da referida empresa terceirizada não recebem o piso salarial atualmente em vigor em todo o Estado do Paraná, conforme Lei n° 16099 de 04/05/09.

Outras tantas firmas de conservação e limpeza também não cumprem o dispositivos da Lei Estadual n° 16099 de 01/05/09, inclusive vários órgãos do Governo Estadual também não cumprem a mencionada lei.

Por esta razão estamos apresentando este projeto de lei esperando dos nobres Pares a aprovação com a maior urgência possível.

O trabalhador não é mais um pátria, mas alguém que faz ouvir a sua voz.

Razão tem pois o trabalhador de se regozijar. Numa democracia tudo se pode resolver dentro da ordem.

Graças porém, ou movimento constante das idéias, todo trabalhador tem agora o seu lugar marcado na sociedade.

Toda via, apesar das teorias filosóficas e dos esforços dos estadistas, a luta do trabalhador, por melhor compensação de seus serviços, ainda continua. E o mal-estar que ainda se nota nos meios trabalhistas, não tanto da baixa remuneração, mas da desproporção entre lucro das empresas e remuneração do trabalho.

Constatamos que o Tribunal de Contas do Estado do Paraná, bem como o Tribunal de Justiça Paranaense, possuem a mesma firma Higi-Serv Limpeza e Conservação S/A., para o serviço de limpeza etc. Seus funcionários recebem mensalmente idêntico salário pago pela referida empresa. Entretanto na COPEL constatamos que a firma terceirizada para esse serviço é: ONPRESB, Limpeza e Serviços Especiais Ltda., cumprindo a Lei Estadual n° 16099 de 04/05/09.

Orgulha-se, portanto, a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná em legar aos pósteros este exemplo de virtude para que lhes sirva de modelo e estímulo.

PROJETO DE LEI N° 686/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° Ficam acrescentados parágrafos 4° e 5° no artigo da Lei n° 11647, de 06/02/97, com a seguinte redação:

“§ 4° Fica proibido o plantio e a permanência de árvores numa distancia de 10 (dez) metros das faixas de domínio das estradas da rede rodoviária estadual e municipal.

§ 5° No caso de retirada de árvore, de que trata o parágrafo anterior, fica o Poder Executivo, através do DER e os Municípios obrigados a executarem o plantio de igual número em áreas ecologicamente degradadas.

Art. 2° Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 01/12/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A elegância das reduções de acidentes com feridos ou mortes é argumento suficiente para que as autoridades estaduais e municipais reflitam e, regidamente, fiscalizem e, de maneira inflexível possuem a aplicar a resolução desta lei. Os números de acidentes de trânsito não comportam paixões, e, por isso, vamos tentar evitar e diminuir a dar de milhares de famílias, consideremos ainda o volume de investimentos públicos em assistência médica e gastos previdenciários.

A volta experiência legislativa e a nossa insipiente legislação evidenciam com regras permanentemente rígidas. O Código de Trânsito nasceu do inconformismo da sociedade brasileira com o caos e, não admite recuos. Os órgãos estaduais e municipais devem estarem firmemente integradas ao sistema.

Consciente de que o trânsito nas estradas do Estado do Paraná não é mera questão de polícia ou de engenharia, mas principalmente de cidadania. Vamos tentar avançar mais ainda, trabalhando com afinco, seriedade e dedicação, contribuindo para viabilizar um trânsito mais civilizado e seguro.

Nos últimos dias Rede Paranaense de Comunicação e a Gazeta do Povo iniciaram o movimento geral em todo o Estado do Paraná, campanha: “Respeito ou Morte”, vem surtindo efeito também com a distribuição de adesivos da campanha.

Esperamos a compreensão dos nobres colegas para a apreciação deste mencionado projeto de lei.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Antes de passar ao primeiro orador inscrito, a pedido do eminente Deputado Kielse e da sua esposa Fernanda, que é Presidente da APASDE, quero comunicar que está acontecendo a abertura do Natal no saguão desta Casa. Comunico, obviamente, com a solicitação do Deputado Kielse, mas é um trabalho feito pelas senhoras dos Deputados e também por todos os Srs. Deputados.

Pequeno Expediente. Primeiro orador inscrito, Deputado Antonio Casemiro Belinati, por cinco minutos.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente, nobre Deputado Augustinho Zucchi; senhores componentes da Mesa, Deputado Jonas, Dr. Batista; colegas Parlamentares.

Inicialmente, quero registrar, com muito orgulho, a presença nesta Casa dos empresários da comunicação. Além dos Pastores Roberto e Petrônio, da Igreja Assembleia de Deus, que nos visitam, registro a presença de uma pessoa, que o Deputado Jocelito já quase trabalhou, são os maiores empresários da comunicação no Paraná, os nossos ilustres visitantes Adjaimé Carvalho, diretor-presidente, e o Henderson Faria, diretor geral. É um conglomerado de comunicações: TV Antares; Rádio Antares; FM de Arapongas; TV Carajás, de Campo Mourão; Rádio Clube AM, de Ubatã; TV Amizade, Canal 09, de Umuarama; TV Norte, Canal 27, de Jacarezinho, TV Aimoré, Canal 04, de Ubatã; jornal o Guarani, de Ubatã. Portanto, são consagrados da comunicação e fazem um jornalismo verdadeiramente voltado para a comunidade local, regional. Por isso, o nosso privilégio de poder receber aqui esses valorosos, aguerridos e destacados empresários da comunicação do Paraná, os Srs. Adjaimé Carvalho e Henderson Faria.

Registrar alguns e-mails que recebi.

(Lê):

É Deputado Belinati, nem dá tempo de criticar uns bandidos corruptos e estoura outra bomba agora, os Deputados Distritais, mais Governo do Distrito Federal.

Quando iremos poder dormir tranquilos neste País? Não é à toa que está aumentando a bandidagem neste Brasil, pois os exemplos vem de cima, quem deveria dar exemplo bom não dá. Só acredito no fim da corrupção e bandidagem no Brasil quando o povo se revoltar ir às ruas buscar as cabeças desses bandidos. Ou fazer igual na China, fazer um paredão e meter um tiro na nuca desses bandidos. O SHR. Imagina um trabalhador todos os dias pular cedo, trabalhar de sol a sol para receber uma merreca no fim do mês, enquanto no meio político só se fala em milhões e bilhões. Quantos trabalhadores que não perdem a cabeça? E pior que da missa não conhecemos um terço! O Governo anterior do DF era outro malandrão, só eleitores dele residentes em Luziania/GO eram mais de centenas que iam votar em Brasília, de Luziania tinha mais de 3 mil e 500 funcionários que ganhavam como funcionário do Distrito Federal/DF, e nem lá ia o dinheiro, caía direto na conta. O homem de dono de material de construção em Luziania/GO, foi umas cinco vezes Governador do Distrito Federal. Hoje é o patrimônio dele é uma fortuna, tem dezenas de fazendas, até mesmo nos EUA. É mole! E eu fico besta de ver o Lula protegendo o Presidente Zelaia, de Honduras. O sujeito tinha pretensões de mudar a Constituição do País para se dar bem, ser reeleito, e não foi capaz de sequer eleger um sucessor. Foi muito bom para cara do Lula. Com estas besteiras o Brasil se deu muito mal. Lembra da morte do Presidente Tancredo Neves, que assumiu um parasita chamado Sarney e ainda por cima de quatro anos passou para cinco? Que destaque que foi para o Brasil. Grande abraço, Deputado.

De: Izaumara Samara Raad:

Tomo a liberdade de lhe enviar este e-mail por eu ter assistido, casualmente, ontem pela TV o seu pronunciamento quanto a responder e-mails aos eleitores. Gostei muito da sua postura em relação a atenção, consideração e humildade em falar sobre as pessoas que são as que lhe dão a oportunidade de estar aí no seu posto. Olha, não o conheço pessoalmente, nunca votei no senhor, porém ontem com a sua defesa, a sua postura, ganhou meu voto pela primeira vez. Parabéns pela sua integridade, por sua fidelidade aos seus eleitores. Abraço.

E-mail da Dona Izaumara, que nunca votou na gente, mas acompanhou aquela brincadeira de mau gosto de que político que não tem o que fazer, ao invés de trabalhar pelo povo vai para o computador. É até falsidade ideológica, porque a pessoa que está na vida pública, tem um mandato e perde tempo para ficar mandando e-mail fictício, não deveria estar na vida pública e nem ser eleita. Tem tanta coisa que podemos fazer pelo povo, que nem sobra tempo para brincadeira.

E-mail do Adilson Santos:

Estou de acordo com cada letra, palavra e frase que o senhor disse hoje. Realmente o descaso está presente nesta Casa, e posso dizer que ele é um peso para nós, já que sempre escrevo ao Deputado que votei e adivinha?

Ele nunca me responde! Isso é cruel é uma situação complicada, já que é um meio de comunicação como outro qualquer, mas como não tenho terras, não tenho empresa grande, não tenho que ser respondido. Acredito que os interesses falam mais alto. Não sou contra ninguém, mas algumas atitudes são desonestas. Obrigado por abordar esse tema. Tem gente que tem inveja, isso é fato. Gostaria que meu e-mail fosse lido na Casa (se possível), sou de Umuarama e estou com vergonha de ter esse Deputado da minha Cidade na Casa. É triste, mas é verdade.

Independente do patrimônio que a pessoa tenha ou não, é nosso dever atender os cidadãos do Paraná, ainda que eventualmente não tenhamos a solução. É o que comento sempre com a nossa equipe de trabalho, Gustavo, Kelly, Márcia, Pastor Roberto etc., que temos o dever e a obrigação de atender com carinho, respeito, empenho e prazer aqueles que se dirigem a nós.

E-mail da Norma Luís, que diz: *Em Itaguajé, o Prefeito Rubens Amorin não está trabalhando, e está uma vergonha nacional o que está acontecendo na sua Cidade. O prefeito naturalmente vai querer ser candidato à reeleição. É importante trabalhar bonito pelo povo.*

E-mail de Cleunice Crepaldi: *Chato as pessoas ficam brincando com notícias falsas. Mas tudo bem, faz parte da vida e temos que conviver com pessoas invejosas.*

E-mail do João Batista Jaquinta, de Foz do Iguaçu: *Deputado Belinati, acho que o senhor esta muito certo porque o Deputado tem que estar junto com o povo e não contra o povo. Eu sei que o senhor é uma pessoa honrada e que fez muito por Londrina como Prefeito e está fazendo muito pela sua região. Então, parabênizo V. Exa. pelo belo discurso a esse que fez esta brincadeira com um político sério como é o senhor. Já passei vários e-mails para vários Deputados e não recebi nem respostas, enquanto o senhor tem a coragem de ler os e-mails de quem não é seu eleitor, como eu por exemplo, que moro em Foz do Iguaçu. Parabéns, Deputado, e continue assim, que seus eleitores não esquecerão do senhor. Muito obrigado.*

Passa a usar o horário da Liderança do PP

E-mail do Egdar Marcondes: *“Deputado, o senhor sabe quanto custa a hora do voo de um avião Boeing-737? É a história do filho do Presidente Lula, que mais uma vez usou o avião da Presidência da República, encheu de amigos, com farra à vontade dentro do avião, e não é a primeira vez. Já fizeram farra até dentro do Palácio Alvorada, onde mora o Presidente Lula. Isso já saiu nas grandes revistas e jornais de circulação nacional. Por isso, às vezes, as pessoas brincam dizendo que quem está na vida pública não deveria ter filho. Se um filho ou neto de um político apronta, estoura na cabeça do pai, do avô, do tio, daquele que tem um cargo na vida pública. Não que o Presidente Lula seja culpado por isso. É bom ter filho, sim. É uma coisa maravilhosa ter uma boa família.*

Mas há esse comentário, que diz que deveria ser proibido, para quem ocupa cargo de Prefeito, Governador, Presidente ou Deputado, ter filho.

Da Sra. Luzia Fernandes de Souza: *Deputado Belinati, gosto muito de receber os seus e-mails.*

Muito obrigado, professora.

Da Sra. Antonia Barião. Ela é aposentada. Alô, Governador Requião, o senhor está terminando o mandato de Governador e esta funcionária pública aposentada está dando uma sugestão para o seu Governo: comprar o Hospital do Carmo, aqui em Curitiba, porque o SAS que atende o policial, que atende o servidor público, não está agradando. A solução seria comprar esse ou outro, ou então construir. Quem sabe tenha algum hospital capengando que o Governador poderia comprá-lo e colocar médicos, equipamentos, para cuidar da saúde dos valerosos servidores públicos do Paraná.

Inclusive aqui na Assembleia, Deputado Anibelli, grande defensor do servidor, os servidores aqui na Casa continuam reclamando. Tem servidor todo dia acendendo vela ao pé da santa para receber a URV. Vai ser um Natal magro que os servidores da Assembleia vão passar se não sair essa URV que eles têm direito. Não depende de V. Exa, mas tomara que a Mesa Executiva mande pegar com urgência.

Nos blogs continua a história aqui do Sr. Benjamim, que tornou público que o Lula, quando esteve preso, confessou que quis estuprar um colega de cela e está aí a polêmica. Não acredito que o Lula tenha dito esse ímpeto, essa atitude. Diz que foi o próprio Lula que fez essa confissão, mas não cabe a nós. O Lula é um grande Presidente, tem grandes méritos e também tem muita coisa que ele precise fazer que é investir para diminuir a violência do Brasil. O Lula precisa investir nos aposentados, porque a aposentadoria está pequena demais. De quando em quando o Governo vai metendo a mão no dinheiro do aposentado. Ainda dá tempo para o Lula corrigir e dar um tratamento justo e humanitário para os aposentados.

Temos e-mail, cresce número de homicídio na minha Cidade aonde fui Prefeito por 13 anos, que é Londrina. Fico triste com a notícia. Já mataram neste ano 112 pessoas. Agora, multiplique pelo Paraná todo, 399 Municípios, é a droga, a bebida, arma de fogo que o bandidinho de 13, 14 anos está carregando com muita facilidade. Tem bandido matando para se autopromover no noticiário policial. Não está havendo o menor respeito pela vida humana. Em Londrina, neste final de semana, dois bandidos embarcaram num táxi, o taxista com 63 anos, contrataram a corrida, levaram o taxista, enforcaram com o próprio cinto de segurança. Então, é todo tipo de violência, na minha Cidade chegou ao cúmulo de um Pastor, que estava na roda de oração, dentro da igreja, entrou um criminoso, matou o Pastor pelo prazer de matar. Agora, se uma pessoa de bem quiser comprar um revólver para se proteger, é tanta burocracia que ela vai acabar desistindo, e o bandido é tanta facilidade, a droga rolando solta, infernizando dentro da

escola, no portão da escola, na praça, no bairro, no centro, em todo canto, como já foi denunciado, aqui pertinho, a 100 metros da sala do Governador Requião, já tivemos e-mail aqui de cidadã de Curitiba reclamando da droga rolando solta aqui, vizinha ao Palácio Iguazu, o Governador está no Palácio das Araucárias agora. Então, é preciso combater os traficantes de drogas. O viciado merece ser tratado com todo amor, mas o traficante de drogas tem que ser punido com o máximo rigor. Está havendo muita impunidade.

E para terminar, tenho aqui que protetores solares em teste, metade das marcas não é eficaz. Estou vendo aqui, peguei agora há pouco na internet, de todos os filtros solares, apenas dois passaram no teste. Daí tem gente que compra filtro solar, a mulher para não se queimar, o homem, às vezes com problemas de câncer de pele e não sabe que esse filtro solar não vale coisa nenhuma, como também muito remédio que adquirimos na farmácia - V. Exa., que é médico, Dr. Batista - se for fazer um exame, tem remédio que não serve para nada, é na base da vigarice, para tomar o dinheiro do povo.

Então, o que cabe? À Vigilância Sanitária, aos órgãos do Governo fiscalizar, porque está aqui agora, peguei aqui, os dois filtro solares, foi comprovada a eficiência de apenas dois filtros solares. Agora, se fizer o exame também minucioso no medicamento, quero crer que vai aparecer muito remédio que não serve para absolutamente nada, a não ser meter a mão no dinheiro do nosso povo, principalmente dos aposentados. Dá dó de vermos o velhinho, o idoso, a idosa, entrando na farmácia com uma receitinha e o custo desse medicamento leva uma grande parte daquele minguado dinheiro da aposentadoria, e muitas vezes esse idoso, idosa, e o povo de um modo geral, está gastando dinheiro num medicamento que não serve para nada, a não ser, volto a repetir, para as indústrias de medicamentos enriquecerem à custa da exploração do nosso povo.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Segundo orador inscrito, com a palavra o Deputado Neivo Beraldin.

Deputado Neivo Beraldin (PDT)

O SR. NEIVO BERALDIN

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna na tarde de hoje para, em breves palavras, colocar o meu sentimento sobre a Saúde Pública, sobretudo onde conhecemos, onde andamos nos Municípios deste Paraná, e verificamos o desespero das pessoas para conseguir um internamento, para conseguir uma cirurgia. Tem gente que teria que fazer a cirurgia hoje e está marcado para 2011. Tem gente que precisa ser internado de forma emergencial e acabam procurando a nós Deputados para que façamos os nossos contatos para atender aquilo que deveria ser normal, pacífico, rotineiro. O ser humano deveria receber atenção imediatamente

quando necessita tratar um problema da sua saúde. Não é o que constatamos hoje. Constatamos hoje filas e mais filas, gente saindo do interior do Paraná, vindo para a Capital na busca de um espaço, na busca de uma consulta, mesmo que seja rapidinha, pelo doutor que ganha uma miséria do SUS!

Na verdade, temos que repensar este País na questão da Saúde Pública. Os irmãos nossos que não têm plano de saúde, que precisam do SUS, estão praticamente abandonados, porque os hospitais estão lotados, faltam leitos, faltam UTIs, falta tudo para aqueles que menos podem! Eu sei que é um discurso genérico, sei que é um discurso que faço olhando a fotografia que se apresenta diante dos meus olhos, no dia a dia na lida política, mas sei que é necessário, sim, que cada um que tem direito e voz se manifeste para que o Poder Público, de modo geral, possa atender nossos irmãos, possa, sim, agradecer àqueles que são atendentes nos hospitais, nos postos de saúde, agradecer aos médicos, mas precisamos mais investimentos, mais infraestrutura porque não é possível um ser humano gritar de dor e não conseguir um internamento! Não é possível um irmão nosso, que esteja precisando, numa hora de emergência, simplesmente não encontrar aquilo que é fundamental para ele naquele momento: um leito hospitalar, uma atenção para ele poder cuidar da sua saúde!

Que sirva como reflexão neste final de ano, que se aproxima o Natal, tempo de reflexão, e que sirva esse tempo para refletir sobre o atendimento que devemos dar aos nossos irmãos paranaenses na área da Saúde.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Terceiro orador inscrito, Deputado Professor Lemos.

Deputado Professor Lemos (PT)

O SR. PROFESSOR LEMOS

Deputado Augustinho Zucchi, nosso Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores que muito nos honram com as suas presenças, os nossos estudantes da Universidade Federal que também nos honram com a presença nesta Sessão, quero cumprimentar a imprensa e também cumprimentar o telespectador que nos acompanha pela TV SINAL e pela TV MERCOSUL.

Vim rapidamente a esta tribuna para falar do êxito que foram duas Conferências na semana passada, uma da Assistência Social, que encerrou-se com várias propostas sendo encaminhadas a Brasília para a Conferência Nacional da Assistência Social, com o objetivo de implementar o SUAS no Brasil e no Paraná, que é o Sistema Único de Assistência Social, e com uma carta, Carta de Curitiba, que vamos apresentar aqui aos Srs. Deputados e Deputadas e a todos cidadãos do nosso Estado, para que subscrevam esta carta que será encaminhada ao Presidente da República, ao Senado, à Câmara, para que possamos, de fato, implementar o SUAS na sua

plenitude e como lei, porque precisamos aprovar o Projeto de Lei n° 3077, que vai transformar em lei o Sistema Único de Assistência Social no Brasil. Também, com muito sucesso, concluímos a CONAI - Conferência de Educação etapa estadual, depois das etapas municipais, e elegemos os delegados que irão, a partir do dia 28 de março a 2 de abril, em Brasília, levar as propostas do Paraná para a construção do Sistema Nacional Integrado de Educação, e também com propostas para a construção do Plano Nacional de Educação, que é a meta 2011, 2020. Então, essas duas Conferências foram muito boas e tiveram o sucesso desejado por todos os paranaenses e os nossos delegados. E as nossas propostas chegarão em Brasília para as Conferências Nacionais.

Também aproveitei esse tempo para falar de um projeto que foi apreciado ontem na CCJ, de nossa autoria, que é de interesse dos professores do Estado do Paraná, o Projeto n° 144/09, que considera o tempo trabalhado com contrato temporário, contrato administrativo, chamado contrato especial, que também é chamado de PPS, que esse tempo seja aproveitado para a contagem de tempo na hora de fazer promoção e de fazer progressão na carreira do professor. Porque, para o funcionário de escola, esse tempo já está considerado a partir da Lei Complementar n° 123, do ano passado. E para os professores ainda não.

O que decidi, por unanimidade, ontem à tarde, a Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia? Decidi transformar o projeto em indicação legislativa, dirigida ao Governador do Estado do Paraná, para que ele acolha o nosso pleito, o pleito dos professores e professoras do Estado do Paraná, que reclamam o direito de contar esse tempo trabalhado com contrato temporário para promoções e progressões na carreira. Queremos que o Governador Roberto Requião acolha essa reivindicação importante da nossa categoria e, de fato, faça contar o tempo trabalhando em contrato temporário para promoção e progressão na carreira dos professores.

Quero também ressaltar que o Projeto n° 618, discutido hoje na CCJ, teve o parecer favorável do Deputado Caíto Quintana, que trata da transferência do funcionário de escola, de uma escola para outra. Essa lei é importante, porque temos funcionários que moram de um lado da Cidade e trabalham do outro. E perto da casa dele tem vaga na escola. Por que atravessar a Cidade? Ou por que mora num Município e tem que trabalhar em outro, distante? Se tem vaga no lado da casa dele, que ele possa então solicitar esta vaga e a Secretaria da Educação terá prazo de 60 dias para formalizar a transferência desse funcionário. Não agrega nenhuma despesa a mais no erário público e facilita inclusive a vida desse servidor da Educação.

Estamos então pedindo ao Deputado Romanelli, que pediu vistas do projeto, que ele também compreenda a angústia desses funcionários que precisam de sua transferência e apoiam também esse parecer, que é favorável, do Deputado Caíto Quintana. Aproveitei para cumprimentar o Deputado Caíto Quintana, que está sendo muito sensato nas suas decisões aqui na Assembleia Legislativa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Próximo orador inscrito, Sr. Deputado Jocelito Canto, que está inscrito também no Bloco PTB/PR, portanto usará 15 minutos.

Aos nossos convidados peço compreensão, porque temos o nosso Regimento que temos que cumprir.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

No dia de hoje queremos inicialmente falar sobre alguns assuntos que estão em destaque no Paraná.

O Deputado Tadeu Veneri dizia agora que hoje vai falar das meias. Antes era cueca, agora é meia. Tão bom vemos essas coisas acontecerem. Antes davam um pau no PT, que o PT levava o dinheiro na cueca. Agora o DEM evoluiu, criou uma nova fórmula de levar o dinheiro, na meia, na meia é mais elitizado, mais moderno, com o cara do DEM, também que é um partido um pouquinho mais elitizado que os demais. A cueca é mais pobre. Agora a moda é dinheiro na meia. Tantas risadas, ouvia, aqui do PT. É tão bom podermos falar dos dois. Ouvi aqui rirem do PT: "Oh, dinheiro na cueca, meu Deus do Céu". Ouvi aqui belos discursos, Deputado Welter, V. Exa. lembra, discursos maravilhosos. Agora o dinheiro vem na meia.

O mais importante, ontem na televisão, eu que sou observador por ser comunicador de rádio, o DEM é parente do Serra, é ligado ao Serra. E para não machucar o Serra, que está em plena campanha, agora vão dizer que o Arruda não presta, que nem para botar na orelha mais presta. O DEM agora está fedendo, está podre, está quebrando. Agora aqueles Senadores famosos, lá de Brasília, estão fazendo discurso querendo expulsar o Arruda. Fizeram uma pressão violenta ontem lá em Brasília.

O Arruda chegou uma hora e disse o seguinte: "Espere aí, para tudo, eu também dei dinheiro para vocês." Vi na televisão isso ontem, o Arruda dizendo que o dinheiro do mensalão, de Brasília, saiu para outros Estados. Sabia disso, Deputado Péricles? V. Exa. não viu no jornal, ontem, na televisão? O Arruda, quando colocaram-no na parede para darem uma porrada nela, ele chegou e já foi dizendo: "Olha o dinheiro também saiu para outros Estados. O dinheiro não saiu só aqui para Brasília. Se apertarem o rabo do gato, eu mio."

Agora, o que me chama atenção, ontem eu falei aqui, não vi nenhuma notinha na imprensa do Paraná, o Cássio Taniguchi, o que está fazendo lá em Brasília? Como é que o cara deixa de ser Deputado Federal do Paraná, eleito pelo povo de Curitiba, e vai ser secretário dessa quadrilha, lá em Brasília? Isso é uma quadrilha! O Cássio Taniguchi tem uma vantagem: ele pode perfeitamente dizer que não viu nada, até porque enxerga pouco.

E o outro que é coordenador da campanha do Prefeito de Curitiba, o Beto Richa, o tal do Alceni Guerra, que está de coordenador do Beto Richa, já arrumou briga com o

Lupion, está brigando com todo mundo. Estava lá em Brasília também. Não viu nada também? Ah, viu o pessoal do PT! Não são só vocês que não enxergam, não, eles também não enxergam. Aliás o Beto Richa também não enxerga muito, porque o que já fizeram aqui em Curitiba, é barbaridade! Presidente de partido metendo a mão, Saúde roubando, mas não dá nada. Se fosse um Prefeito de Ponta Grossa, certamente teria uma fitinha mandada por alguém do DEM, do ex-Governador do Paraná, aquela quadrilha que andou aqui e que manda para o Fantástico.

Passa a usar o horário da Liderança do Bloco PTB/PR

Aliás, teve mensalão por aí. Há uns comentários que teve mensalão e parece que era oficial. Lá não era na cueca, na meia, era o mensalão oficializado V. Exa. sabe do que estou falando, Deputado Neivo Beraldin.

(Tumulto no plenário)

O Sr. Neivo Beraldin (PDT)

Só me faltava ser avalista de uma coisa errada.

Quando você vê uma Casa Legislativa dominada, e quando lembra-se da ação da venda da COPEL, de uma ação popular de um projeto de lei de iniciativa popular, primeiro da história do Paraná, o povo todo querendo que não se vendesse a COPEL, e ainda assim a maioria votou por vender. Que interesse são esses? Infelizmente, o ser humano ainda não chegou no patamar da vida aonde muitos não chegaram: é a diferença de ter e ser. Porque ter dinheiro é comum, o trabalho traz o dinheiro, mas ser um ser humano na plenitude demanda sabedoria, e a sabedoria só vem com o tempo.

Evidentemente V. Exa. está insinuado que houve aqui no Paraná, mas quem é que pode confirmar isso?

Na época, se dizia que começou a brincadeira, que se mandava e-mails.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Em Ponta Grossa teve rádio comprada com o dinheiro do Estado. V. Exa. sabe disso, é só pegar o documento na Secretaria da Comunicação, uma rádio comprada com o dinheiro do Paraná. Não sou dono de rádio, sou um operário de rádio.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Deputado Jocelito, quero dizer que V. Exa. vem há vários meses com insinuações, que não concordo com V. Exa. V. Exa., qualquer insinuação que aconteça no Brasil, coloca o nome honrado do Prefeito Beto Richa.

Quero dizer a V. Exa. que o Prefeito Beto Richa é um homem honrado, é um homem respeitado, que tem hoje 80% da aprovação de Curitiba. Um homem que foi reeleito com 77% dos votos de Curitiba. Gostaria de pedir para V. Exa. que não insinuasse.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Não estou insinuando, estou falando a verdade. Não teve roubo aqui na Prefeitura? Teve roubo sim senhor! V. Exa. sabe disso! Teve roubo aqui na Prefeitura de Curitiba!

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

V. Exa. está sendo sarcástico. Não teve. V. Exa. abre mão da sua imunidade e vou interpelá-lo judicialmente para que prove o roubo, ou V. Exa. está a serviço de alguém. Não acredito que V. Exa. se sirva a prestar serviço à alguém. Agora, jamais V. Exa. vai falar do Prefeito Beto Richa aqui sem ter provas, sem apontar, sem acusar e sem dizer o que é.

V. Exa. não tem o direito de fazer isso, como homem público, que quer respeito dos seus Pares e respeito da população. Não concordo com suas colocações. E quero dizer que respondo pela minha vida! Faço um desafio a V. Exa., já que V. Exa. é o rei da honestidade...

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Não, não sou o rei da honestidade.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

V. Exa. traga sua folha corrida e eu trago a minha. Vamos ver quem é que tem mais problemas com a Justiça...

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Faço outra para V. Exa.: vamos ver quem enriqueceu, entre eu e o senhor, quem é que tem mais.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Enriquecer ou empobrecer é uma questão que estou a disposição de V. Exa.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Sr. Presidente, peço que me assegure a palavra!

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Peço que V. Exa. conclua seu pronunciamento, para que possamos continuar nossa Sessão.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Não fui líder do Jaime Lerner aqui. Fui apenas um Deputado que passou por aqui. Nunca fui líder do Jaime Lerner.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Deputado Augustinho Zucchi, gostaria que V. Exa. me inscrevesse no horário da Liderança do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

V. Exa. está inscrito.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Gostaria também de aproveitar e desafiar o Deputado Jocelito Canto, para que trouxesse suas certidões negativas, para ver a sua seriedade.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Deputado Valdir Rossoni, não precisa pegar certidão. O senhor gosta muito de computador, entre no Google e coloque meu nome. O senhor vai ver quantos processos foram feitos, que o seu Governo ajudou a fazer contra mim. O seu Governo ajudou, quando vocês governaram o Paraná. Vocês mandavam o Ministério Público fazer. Vocês mandavam o Ministério Público fazer. Vocês tinham o Ministério Público sob o comando!

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

O Ministério Público não é mandado. V. Exa. desrespeita todos os Poderes.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Conversa fiada! Deram até um prédio para o Ministério...

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Peço a V. Exa. que faça seu pronunciamento. Posteriormente o Deputado Rossoni terá oportunidade.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Estou fazendo, Sr. Presidente. Não pode falar da "belezinha" do Prefeito Beto Richa que dói em todo mundo!

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

V. Exa. pode fazer seu pronunciamento, Deputado.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Mas, o Deputado é livre. Está provado que teve um monte de roubalheira na Prefeitura de Curitiba. Está lá: Presidente de partido tinha empreiteira na Prefeitura de Curitiba! Roubaram a Saúde de Curitiba! E o Deputado Valdir Rossoni veio dizer que não teve! Pelo amor de Deus, Deputado Valdir Rossoni! A imprensa noticiou isso! Roubo na Saúde, dinheiro público! Está lá! Roubo de um dirigente partidário, de um partido que tinha empreiteira na Prefeitura. Foi afastado, agora. Tiraram o cara da direção do partido. E eu estou insinuando? Eu não estou insinuando nada, estou só falando!

Tem mais coisa para falar. Agora, meu nome, Deputado Valdir Rossoni, não precisa. O senhor vai no Google e põe: Jocelito Canto. Vinte e dois processos, não tem nenhum por roubo. Agora, no Paraná, no Governo passado, teve. Só não deu cadeia porque só vai para a cadeia porque só vai para a cadeia o gerente do banco, do BANESTADO. Os coitadinhos. Os tubarões não vão. Vai o pobrezinho, o coitado. Agora, quem roubou no Paraná, não dá nada. Quem está pagando é o povo do Paraná, 75 milhões por mês! Por mês, que o povo paga! Isso não dá nada, 75 milhões por mês, que poderia ter salvado muitas vidas, de pessoas que morreram por falta de UTIs, que a longo dos oito anos do Governo Jaime Lerner não tinha UTI. Eu era Prefeito e não conseguia credenciar uma UTI!

Se é para falar, vamos falar! Vamos abrir a boca. Estou disposto a falar a hora que quiser. Não tenho medo nenhum de Justiça, de Ministério Público, de jeito nenhum! E de V. Exa. também, Deputado Valdir Rossoni! A hora que V. Exa. quiser! Agora, não posso falar do Beto Richa que já fica brabo! Não posso citar o Beto Richa. É intocável o Prefeito de Curitiba? E as contas dele, no Tribunal de Contas, não dá para falar também?

Agora, questão de ordem, é um Prefeito do interior? Pau! Desaprovam as contas. E não dá para falar do DEM aqui. Já sai todo doído por causa do DEM! E o mensalão, falei e qualquer hora não falo mais. E este mensalão era bom, que não era na cueca e nem na meia! Era em outro lugar, bem fácil!

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Concedemos a palavra ao quinto orador inscrito no Pequeno Expediente, Deputado Tadeu Veneri.

Deputado Tadeu Veneri (PT)

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputado.

Na realidade, venho a essa tribuna por ontem, não gostaríamos, Deputado Rossoni, de continuar fazendo o debate que iniciamos no dia de ontem, não nós absolutamente, mas o Brasil inteiro. Ontem à noite, e hoje na parte da manhã, vi todos os jornais, que estão, obviamente citando o mesmo assunto, o mesmo tema, com algumas variações. E volto a repetir, no dia de ontem, todos nós, de alguma forma, com os acontecimentos recentes em Brasília, todos nós perdemos. E quando eu digo todos nós perdemos é porque, num primeiro momento, sem dúvida nenhuma, o Partido Democratas perde mais do que qualquer outro, e isso está dito em todos os jornais. Perde porque o seu principal, e talvez maior referência política hoje, que é o ex-Senador Arruda, hoje Governador do Distrito Federal, está numa situação extremamente complicada.

Quero também fazer uma referência que me preocupa muito, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quando um Governador, visto por dezenas de milhões de pessoas, recebendo dinheiro, não há como, a imagem que vimos nos jornais, nas televisões, elas são muitíssimo mais eloquentes do que qualquer coisa, Deputado Péricles, infelizmente. Digo infelizmente porque acredito que existam pessoas de bem em todos os partidos, e existem pessoas que são complicadas em todos os partidos, sabemos disso. Agora, é inegável que uma imagem de um Deputado, uma imagem de Governador do Estado, que vem à televisão e diante de todas as câmeras, dos jornais, das principais rádios do Brasil, aponta os dedos e diz claramente que teve um processo, um projeto, aprovado, pagando R\$ 1 milhão, que o Governador vetou esse projeto e que foi pedido R\$ 600 mil para que derrubassem o veto. E ele, empresário do transporte público de Brasília, está dizendo que pagou.

Não sei se chegamos no fundo do poço, porque acho que há coisas piores ainda para se discutir. Agora, é inegável que estejamos numa situação, nós todos, Deputado Jocelito Canto, extremamente constrangedora, em maior ou menor grau. E é preciso, sim, que haja uma resposta efetiva, eficaz, uma resposta extremamente dura neste momento.

Tivemos talvez a principal, se não a principal, uma das principais lideranças do PT cassada no Congresso Nacional. E todos os senhores lembram que não era um Deputado qualquer, não era um Deputado menos importante, era o ex-Chefe da casa Civil, Deputado José Dirceu, que foi uma das figuras talvez mais importantes do Governo Lula. E foi duramente atacado durante meses, inclusive por aqueles que hoje tentam justificar que não pegaram nada, que não fizeram nada. Aqueles que mais atacaram são os que hoje estão respondendo.

Nós aprendemos também com isso, o PT aprendeu, que não é o partido que pode se arvorar como sendo o único partido ético, correto, democrático do Brasil. Não, nós temos sim princípios éticos, princípios de correção, somos um partido que defende os mais pobres, não temos dúvida disso. Agora, sabemos que também temos erros. Mas aqueles que nos acusaram e que nunca fizeram uma *mea culpa*, aqueles que foram ao ponto de pedir a cassação do Presidente Lula, ao ponto de dizer que o Presidente Lula estava envolvido, sem nunca ter conseguido provar uma vírgula, aqueles que nunca fizeram uma *mea culpa*, infelizmente, muitos deles hoje estão vendo que apesar de todo o seu discurso, às vezes ideológico, e às vezes raivoso no Congresso Nacional, estão vendo que hoje estão provando do veneno que tentaram impor.

Para encerrar, Sr. Presidente, porque o líder da nossa bancada vai usar o horário da liderança, senão poderíamos continuar esse debate, Deputado Péricles, me preocupa muito, Sr. Presidente, Deputado Jocelito Canto, Deputado Valdir Rossoni, que fizeram um debate aqui nesta tribuna, é um debate importante para todos nós. Mas me preocupa muito quando um homem público, da importância que é o Governador do Distrito Federal, vem a público e diz que vai radicalizar se tiver que sair do partido. O que significa isso? Todos temos que saber os limites que temos. E quando não sabemos os limites que temos, acabamos, às vezes, por extrapolá-los e criar condições que são totalmente fora de qualquer propósito na vida política, na vida partidária e na vida pessoal.

Espero que isso que o Senador Arruda, hoje Governador, está falando, não seja uma ameaça vã, uma chantagem de gangster, mas seja, sim, uma forma de esclarecer tudo isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Último orador inscrito, com a palavra o Deputado Elio Rusch.

Deputado Elio Rusch (DEM)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Presidente da FECOMÉRCIO, junto com sua diretoria, que vão usar o Grande Expediente para falar com os Deputados desta Casa.

O assunto que vou abordar hoje já foi abordado por diversos Parlamentares nesta Casa. Desde o primeiro ano do segundo mandato do Governador Roberto Requião, ou seja, em 2003, foi levantada a questão do porto de Paranaguá. Gostaria de fazer referência, mais uma vez, que envolve a APPA do nosso Estado, ou seja, a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina.

Quando o Governador Roberto Requião assumiu em 2003, é bom que se diga isso, ele rompeu o contato que a APPA tinha com a empresa para fazer a limpeza, a dragagem do canal do porto de Paranaguá e de Antonina. E o nosso porto, aos poucos, foi perdendo a competitividade com os demais portos, em razão do assoreamento do canal que servia para receber os navios com cargas, ou mesmo os navios que usavam a carga para levar para o nosso Brasil afora, ou mesmo para o exterior. Pois bem, isso aconteceu em 2003! De 2003 até 2009 lá se foram seis anos. Não houve dragagem, nenhuma limpeza. O canal foi diminuindo sua largura, a sua profundidade.

Aqui nesta Casa os Deputados Plauto Miró, Valdir Rossoni, Douglas Fabrício, Ademar Traiano, Luiz Carlos Martins, nós, enfim, diversos Deputados nos manifestamos em razão desse porto de Paranaguá, da necessidade de fazer essa dragagem, para que não viéssemos a perder as empresas, tanto importadoras quanto exportadoras que estavam e estão procurando outros portos em nosso Brasil.

Quem ganhou com isso? Sem sombra de dúvida foi Santa Catarina e São Paulo, porque lá eles receberam muito bem os exportadores e importadores. Os produtos começaram a ser exportados e importados nos Estados vizinhos e muitas empresas saíram do Paraná.

Pois bem, passaram seis anos, como eu disse, aí de repente o Governo se viu: “Puxa, mas tem que fazer um contrato, uma licitação emergencial.” E por que emergencial? Porque o calado diminuiu a ponto de nem navio médio conseguir atracar no porto, e quando atracasse poderia sair com meia carga. Apenas seis anos depois é que a Superintendência da APPA viu que era necessário fazer essa dragagem.

É esse alerta, é isso que quero trazer para os Srs. Deputados, e que cada um faça sua avaliação. E quem está nos assistindo em casa, pela TV SINAL, e quem vai nos ouvir, tire suas próprias conclusões daquilo que aconteceu com o nosso porto de Paranaguá.

Passa a usar o horário da Liderança da Oposição

Agora, o que nos tem chamado a atenção, Srs. Deputados, é aquilo que a imprensa tem noticiado. Sempre tive muita cautela para não nos manifestarmos

em determinado assunto sem que tivéssemos, efetivamente, os documentos em mãos. Hoje, trago aqui na Casa. Primeiro, como sempre digo, quero refrescar a nossa memória. A APPA e o Governo do Estado lançaram um edital de licitação da compra de uma draga no dia 28 de agosto deste ano, para fazer exatamente o trabalho para os nossos portos de Paranaguá e Antonina. A abertura estava marcada para o dia 8 de outubro. O edital é do dia 28 de agosto e a abertura dia 8 de outubro.

A imprensa, alguns colonistas e nós aqui da Assembleia, a Oposição tem levantado também a questão que o edital, segundo nos consta, tinha sido publicado apenas em alguns jornais aqui no Estado do Paraná. O Paraná não tem draga para vender e muito menos o interior do Estado do Paraná. Quem tem draga para vender são os outros Países e lá que deveria ser publicado. Não sei se foi publicado ou não, mas APPA, ou o Governo do Estado, remararam a abertura desse edital, das propostas, ao invés de ocorrerem no dia 08 de outubro, marcaram para o dia 29 de outubro, adiaram 21 dias. E aí começamos a buscar alguns documentos, como tinha sido noticiado pela imprensa. Há muita coincidência nessas datas.

Uma empresa, que está estabelecida no Município de São José dos Pinhais, tenho a última alteração do seu contrato social, é a 12ª alteração do contrato social da Interfabric Indústria e Comércio Ltda., tendo como proprietários o Sr. George Pantazi e a Sra. Cláudia Maria Richtes, embora conste que são brasileiros, casados, mas separados por regime de separação de bens, mas residem no mesmo endereço, na mesma rua, no mesmo número e no mesmo bairro aqui em Curitiba. Então, automaticamente, deve ser um casal, devem ser marido e mulher, que são proprietários dessa empresa.

Pois bem, o que acontece? Eu disse que foi remarçada a abertura do edital, ao invés de acontecer dia 11, a abertura foi remarçada para o dia 29. Mas, por que isso? Porque no dia 9 de outubro, porém, um dia após a data, primeira data que estava sendo marcada para a abertura das propostas, essa empresa não estava habilitada para participar de uma licitação. E ela fez essa alteração, a 12ª alteração no contrato social, como eu disse, no dia 9 de outubro. E vejam o que foi alterado nesse contrato social, o objeto do contrato social da empresa, da sua comercialização, tudo para permanecer o mesmo, apenas incluíram os seguintes produtos que essa empresa iria comercializar: equipamentos portuários, embarcações, dragas e carregadores de navios. Isso foi incluído nessa alteração do contrato social dessa empresa. Até aí, tudo bem, acho que a empresa está correta.

Uma outra coisa que nos chama a atenção nessa empresa, os produtos que ela vende, comercializa, é desde remédios, quer dizer, o contrato social eu deixo à disposição dos Srs. Deputados darem uma lida, qual é o objeto, qual é a finalidade dessa empresa. Segundo consta, é uma empresa que foi constituída com o único objetivo de fornecer equipamentos, materiais para órgãos

governamentais. Quer dizer, não dá para entender. Cada empresa tem a sua razão social e tem o seu objeto para comercializar. Agora, estranhamente esse mesmo proprietário dessa empresa, e toda a mídia tem falado sobre isso, e aqui na Casa alguém também já lembrou que esse proprietário é o mesmo que vendeu jaquetas para a Polícia Militar em Governos passados, neste Governo, não sei em que ano ela vendeu, é o que a imprensa está falando, e eu me lembro do que aconteceu. Quer dizer, participou e iria fornecer as jaquetas, 17 mil jaquetas, receberam alguns recursos, uma boa parte desse valor, e o material não foi entregue, o produto, ou seja, as jaquetas.

Entendo que um Governo que se preza, uma empresa que dá o mesmo calote no Poder Público, não poderia participar de qualquer licitação. E o mais estranho ainda, não tenho em minhas mãos, mas é o que foi noticiado, que foi feito um acordo das duas empresas que participaram dessa licitação. E ninguém entraria na Justiça para contestar os valores, os documentos apresentados por essa ou aquela empresa; apenas duas empresas participaram e firmaram um acordo. Disseram: “Olha, quem perder, fica de fora. E não apresente, não entre com recurso, para que a empresa vencedora possa fazer a entrega dessa draga.” Ora, tudo isso causa uma certa estranheza para nós paranaenses e para nós Deputados.

Fiz questão de fazer esse relato hoje aqui na Casa, porque também já está prevista uma viagem para a China para vistoriar essa draga. Não sei quando vão viajar, se já viajaram, mas é um grupo muito grande de pessoas que vão fazer a avaliação dessa draga. Sabemos que o porto de Paranaguá tem que receber, sim, essa infraestrutura, precisa de melhoramentos, tem que se dragado o Canal da Galheta. Mas, cá para nós, tenho o contrato social, tenho a 12ª alteração e a 11ª e as datas coincidem demais com o edital que foi publicado e depois prorrogada a abertura do mesmo.

Faz-nos ao menos crer, espero que a APPA possa dar uma explicação para a Assembleia Legislativa e para a sociedade do Paraná, o que efetivamente aconteceu, o porquê da prorrogação. Ou há apenas uma coincidência nas datas, da alteração do contrato social, para que esta empresa pudesse participar da licitação?

Concedo um aparte ao Deputado Neivo Beraldin.

O Sr. Neivo Beraldin (PDT)

Hoje fiquei sabendo que o nosso Conselheiro Nestor Batista, do Tribunal de Contas, também teria acompanhado essa missão à China, que certamente estará bem fiscalizada.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Bem dizer quem vai viajar, mas espero que sejam bons técnicos, porque draga é uma questão muito complicada. Sempre tenho defendido o porto de Paranaguá e os investimentos necessários para que não venhamos perder mais ainda. O Paraná carece, precisa dessa infraestrutura. Precisamos melhorar nosso porto de Paranaguá. Tem

porto de Antonina e de Ponta do Félix, que já recebia três, quatro navios por mês, e hoje recebem apenas um. Quando se pode melhorar, começam criar obstáculos. É necessário que tenhamos alguns esclarecimentos, para que amanhã ou depois não sejamos tachados de omissos. Espero que os esclarecimentos venham a público, para que nós, amanhã ou depois, não precisamos entrar aqui com outros pedido de informação ou solicitações, para que a sociedade do Paraná possa ser esclarecida.

Agradeço, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares. Espero que a APPA possa dar um esclarecimento convincente em relação a esta empresa que vai vender a draga para o Estado do Paraná.

O SR. EDSON STRAPASSON (PMDB)

Pela ordem, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Registrar e agradecer a presença dos nossos alunos da Escola Ângelo Falavinha Dalprá, de Colombo, juntamente com as professoras Castorina e Maria de Souza, que vieram abrilhantar o lançamento da árvore de Natal APASDE. Convidamos os Deputados a participarem tirando uma cartinha, atendendo com um presente. É uma alegria poder ver essas crianças maravilhosas nesta Casa.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sejam bem-vindas a nossa Casa. Se dúvida, a nossa tarde mais iluminada com a presença de vocês aqui hoje.

Concedo a palavra, pela ordem, à Deputada Cida Borghetti.

A SRA. CIDA BORGHETTI (PP)

Da mesma foram cumprimentar as crianças. Participamos do coral e foi muito emocionante. Estavam presentes os Deputados Romanelli, Duílio, Anibelli, Kielse, Fernanda, que preside a APASDE, esta importante Associação das Senhoras de Deputados. Parabenizar e desejar a todas essas crianças um feliz Natal, juntamente, com seus familiares.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Obrigado.

Registrar a presença da Vereadora Sueli, da Cidade de Santa Mônica, a pedido dos Deputados Luiz Accorsi e Luiz Nishimori. Seja bem-vinda à Casa.

Concedo a palavra ao Deputado Valdir Rossoni.

Deputado Valdir Rossoni (PSDB)

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Venho há alguns meses nesta Casa ouvindo o Deputado Jocelito, daquela tribuna, fazendo acusações e

insinuações a tudo e a todos: ao Poder Judiciário, ao Ministério Público e a Parlamentares. Ele joga no ar e não aponta qual é a acusação. Hoje tomei uma decisão. Não há mais como aceitar essa situação.

Tenho 57 anos de vida. Sou Parlamentar pela quinta vez. Fui Líder da Oposição e Líder do Governo Jaime Lerner. Não pesa sobre a minha pessoa, até o presente momento, com 57 anos de vida, nenhuma denúncia. Não tenho um processo sequer, que alguém tenha suspeitado de um ato meu. Participei de Governos, enfrentei o Governo Requião até hoje e não tenho nenhum processo contra mim na Justiça. Não quero dizer com isso que aqueles Parlamentares que tenham processo sejam culpados. Agora, não é possível que eu tenha que ouvir. Ouvir eu tenho que ouvir, porque é um direito dele, mas há de ter responsabilidade.

Responda-me, Deputado Jocelito Canto: V. Exa. afirmou daquela tribuna que o Ministério Público se vendeu. Quero interpelá-lo oficialmente e farei através de V. Exa., Presidente. Se for verdade que o Ministério Público se vendeu, conforme notas taquigráficas. Quero interperlar o Deputado Nelson Justus se o Tribunal de Justiça é conivente com corrupção. Se forem verdade as afirmações do Deputado Jocelito, ele vai responder por isso. E quero também fazer um desafio ao Deputado Jocelito: se V. Exa. tiver uma prova contra minha pessoa, ou contra um Parlamentar desta Casa, V. Exa., com responsabilidade que lhe é devida, deve apresentar aqui a denúncia, as provas, e pedir a cassação deste Parlamentar.

Sabem por que nós políticos estamos nessa situação? Porque ficamos ouvindo, muitas vezes, pessoas desqualificadas, desequilibradas, que ofendem a tudo e a todos e nos calamos porque não queremos reagir, porque sabemos que a população está indignada com os políticos brasileiros. Eu também assisti o que aconteceu em Brasília. Não tinha vontade de sair de casa, porque aquilo depõe contra não apenas com quem aconteceu aquele ocorrido, mas contra toda a classe política. Agora, se persistirmos com essas atitudes irresponsáveis, inconsequentes, desqualificadas, desonesta com a sua própria pessoa e nos calarmos, estamos aceitando tudo. A terceira pergunta: se o Ministério Público estava vendido para o Governo anterior, terá que ser provado. Se o Tribunal de Justiça é conivente com a corrupção, terá que ser provado.

A outra prova que preciso, e também interperlo ao Presidente da Casa: foram feitas daquela tribuna, e não é a primeira vez, acusações levianas em cima do Prefeito Beto Richa. Um homem honrado, que tem uma popularidade que muitos invejam. Um homem que foi reeleito, que muitos não conseguiram. E recebe uma acusação dizendo que participou de roubo. Uma palavra chula, de baixo vocabulário, sem qualificação nenhuma. Quero três respostas.

Passa a usar o horário da Liderança do PSDB

Quero dizer ao Deputado Jocelito: nunca me furtei a debater com nenhum Parlamentar. E olha, temos diver-

gências aqui muito grandes. Mas, pela forma com que V. Exa. se dirige aos Parlamentares, ao Ministério Público, ao Tribunal de Justiça, pela forma com que V. Exa. se dirige ao Prefeito Beto Richa, este homem honrado, eu me nego a lhe dar o aparte.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Está com medo.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Não lhe darei o aparte porque V. Exa. não merece o aparte da minha pessoa. Interpelo o Presidente da Casa, V. Exa. responda ao Presidente da Casa quem são os desonestos, quem são os ladrões que V. Exa. falou, para quem o Ministério Público se vendeu, com quem é que o Tribunal de Justiça é conivente com a corrupção. Depois de me responder oficialmente isto, aí nós vamos à Justiça. A Justiça tarda, mas não falha!

Agora, eu não posso, está aí a qualidade do Parlamentar, estou falando, está pensando que este meu pronunciamento aqui é uma brincadeira? É algo muito sério e nós Parlamentares, que representamos aqui todos os paranaenses, temos a obrigação de dar o bom exemplo, de termos boas atitudes, de termos aqui posições contundentes, críticas, mas com qualidade de ser ouvido e respeitado. Eu nunca aqui, por mais crítico que fui e que sou ao Governador Requião, tento agredir a pessoa, porque as nossas diferenças estão em outro campo.

Então, fica aqui, lamentavelmente, venho suportando.

Deputado Jocelito, quero dizer a V. Exa...

(Discussões paralelas)

...V. Exa. não merece o meu aparte, V. Exa. não merece o meu aparte...

(Discussões paralelas)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Por favor, Deputado Jocelito Canto, a palavra está com o Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Dá para ver a qualidade do discurso. Está me acusando de que dei, veja o despreparo, Deputado Nelson Justus, que eu dei 50 mil para a campanha do Prefeito Beto Richa. É verdade, declarado, tirei da minha empresa, declarado no meu Imposto de Renda...

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Não, não é do Beto Richa, não, não é do Beto Richa...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Por favor, Deputado, assim não vamos chegar, o Deputado está discursando e V. Exa. não tem o aparte. V. Exa., depois, terá o tempo para falar.

Com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

As doações que fiz em campanha, e quando ele se refere a 50 mil foi na primeira campanha do Prefeito Beto Richa, porque chegou um determinado dia que não tínhamos o dinheiro para dar continuidade ao programa eleitoral, dei 50 mil da minha empresa, declarei, está declarado no meu Imposto de Renda, legalmente e corretamente.

Agora, Presidente Nelson Justus, estou pedindo aqui para a assessoria da Liderança da Oposição, que sempre tem sido tão brilhante no assessoramento dos Parlamentares de Oposição, que elabore um requerimento questionando, através de V. Exa., o Deputado Jocelito. Preciso de três respostas, porque foi falado daquela tribuna, em cima de dois Poderes e em cima do Prefeito Beto Richa, e depois vamos discutir esta questão na Justiça e me nego a fazer debate desqualificado. Não farei isso. Estou no quinto mandato, fiz 110 mil votos numa eleição, tenho o respeito da população como também o Deputado Jocelito tem dos seus eleitores, mas não tenho dúvida de que a população não aprova esse linguajar chulo, despreparado, desqualificado e até desonesto com a população paranaense.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Pela Ordem)

Só vou dizer ao Deputado Rossoni que vou responder a ele, Se. V. Exa. me permitir, respondo agora.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Não, agora, vamos ao Grande Expediente, depois V. Exa. tem o seu horário. Não vou interromper o Grande Expediente, V. Exa. se explica depois.

A pedido do Deputado Fernando Scanavaca, recebemos hoje, com grande satisfação e este requerimento foi aprovado aqui nesta Casa já há algum tempo para que nós tivéssemos, durante o Grande Expediente, a presença do Sr. Vitor Monastier, do Sr. Darcy Piana e do Sr. José Barreto Lopes, respectivamente, Diretor do SENAC, Presidente da Federação do Comércio e Diretor Regional do SENAI.

Grande Expediente:

É um privilégio recebê-los aqui nesta Casa, V. Exas. estão habituados, uma Casa de Leis tem exatamente os prós e os contras do debate e a nossa Casa funciona assim, às vezes um pouco exagerado, talvez até por conta do final do ano, com o cansaço e a proximidade do recesso. Mas concedo, neste instante, com muita honra, a palavra ao Sr. Vitor Monastier. Vamos dividir o tempo do Grande Expediente em sete minutos para cada um dos nossos convidados.

Sr. Vitor Monastier

O SR. VÍTOR MONASTIER

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, boa-tarde.

Em nome do SENAC gostaria de agradecer esta oportunidade de estarmos trazendo aqui rapidamente

alguma coisa sobre o trabalho do SENAC em todo o Estado do Paraná, em especial a um programa que estamos desenvolvendo que chama-se Programa SENAC de Gratuidade.

Recentemente, embasando isso, a imprensa publicou uma pesquisa de Institutos como o IBGE e o IPEA, nos mostrando comprovando que o desemprego é cinco vezes maior para pobres.

(Lê):

Pesquisa do IPEA

Brasília - A taxa de desemprego entre os pobres nas seis principais Regiões Metropolitanas do País é de 5,2 vezes maior do que entre os não pobres, indica estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). O estudo foi feito com base na Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE com dados de julho das Regiões Metropolitanas de Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador e Recife.

Segundo o IPEA, a taxa de desemprego entre os pobres (indivíduo com renda per capita familiar abaixo de meio salário-mínimo mensal) foi de 23,1% em julho, contra taxa de 4,4% entre os não pobres. “O risco de quem é pobre estar desempregado é muito maior do que da pessoa não sendo pobre”, ressaltou o Presidente do IPEA, Márcio Pochmann.

O estudo mostra ainda que, entre julho de 2002 e julho de 2009, a taxa de desemprego entre os pobres passou de 21% para 21,3% (10% maior) enquanto a de não pobres caiu de 6,7% para 4,4% (redução de 34,3%). Com isso, a desigualdade que separa o desemprego entre trabalhadores pobres e não pobres aumentou 70%, afirma o comunicado.

Crise

Com a crise, porém, há um movimento inverso. A partir de outubro do ano passado, há um aumento maior do desemprego entre os trabalhadores não pobres. A taxa de desemprego desses trabalhadores aumentou 7,3%, enquanto entre os pobres o aumento foi de 6%.

Segundo o IPEA, o aumento da taxa de desemprego entre os pobres está relacionado à queda da pobreza do Brasil.

(Folha de Londrina, quarta-feira, 23 de setembro de 2009)

Programa Senac de Gratuidade - PSG

Protocolo firmado entre o Ministério da Educação, o Ministério do Trabalho e Emprego, o Ministério da Fazenda, o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial e o Serviço Social do Comércio. Este protocolo tem por objeto destinar parte dos recursos, de forma progressiva, para a oferta de vagas gratuitas nos cursos da instituição.

| Área de Atuação | Investimento R\$ | Acumulado até outubro |
|--|-------------------------|------------------------------|
| | | Nº Pessoas atendidas |
| <i>Programa SENAC de Gratuidade - 2009</i> | <i>7.266.053</i> | <i>7.607</i> |
| <i>SENAC Paranaguá</i> | <i>321.686</i> | <i>364</i> |
| <i>SENAC Curitiba</i> | <i>2.302.507</i> | <i>2.095</i> |
| <i>SENAC Ponta Grossa</i> | <i>260.160</i> | <i>264</i> |
| <i>SENAC Castro</i> | <i>169.089</i> | <i>294</i> |
| <i>SENAC Jacarezinho</i> | <i>315.552</i> | <i>327</i> |
| <i>SENAC Londrina</i> | <i>448.513</i> | <i>461</i> |
| <i>SENAC Campo Mourão</i> | <i>317.302</i> | <i>364</i> |
| <i>SENAC Irati</i> | <i>148.783</i> | <i>457</i> |
| <i>SENAC Guarapuava</i> | <i>314.760</i> | <i>282</i> |
| <i>SENAC Pato Branco</i> | <i>287.828</i> | <i>276</i> |
| <i>SENAC Maringá</i> | <i>1.048.045</i> | <i>931</i> |
| <i>SENAC Paranavaí</i> | <i>335.680</i> | <i>326</i> |
| <i>SENAC Umuarama</i> | <i>281.002</i> | <i>397</i> |
| <i>SENAC Toledo</i> | <i>197.360</i> | <i>165</i> |
| <i>SENAC Cascavel</i> | <i>329.004</i> | <i>361</i> |
| <i>SENAC Cataratas</i> | <i>188.782</i> | <i>243</i> |

| Cursos por Região | | | |
|--------------------------|---------------------------|--------------------------|--|
| Local | Investimento (R\$) | Pessoas atendidas | Cursos |
| <i>Paranaguá</i> | <i>321.686</i> | <i>364</i> | <i>Aprendiz em Serviços Administrativos Aprendiz em Serviços Portuários Auxiliar Administrativo Auxiliar de Cozinha Balconista de Farmácia Camareira em Meios de Hospedagem Cuidador de Idosos Porteiro e Vigia Recepcionista em Meios de Hospedagem Vendedor</i> |
| <i>Ponta Grossa</i> | <i>260.160</i> | <i>264</i> | <i>Aprendiz em Serviços do Comércio Aprendizagem em Serviços de Supermercado Auxiliar Administrativo Cabeleireiro Assistente Manicure e Pedicure Recepcionista em Meios de Hospedagem</i> |
| <i>Castro</i> | <i>169.089</i> | <i>294</i> | <i>Auxiliar Administrativo Auxiliar de Crédito e Cobrança Balconista de Farmácia Cabeleireiro Assistente Operador de Computador Recepcionista Vendedor</i> |
| <i>Jacarezinho</i> | <i>315.552</i> | <i>327</i> | <i>Auxiliar Administrativo Balconista de Farmácia Cabeleireiro Assistente Cuidador de Idosos Manicure e Pedicure Operador de Computador Pizzaiolo Porteiro e Vigia Recepcionista Técnico em Vendas</i> |
| <i>Londrina</i> | <i>448.513</i> | <i>461</i> | <i>Aprendiz em Serviços do Comércio Aprendizagem em Serviços Administrativos Aprendizagem em Serviços Administrativos para Instituição de Saúde Aprendizagem em Serviços de Supermercado Cabeleireiro Assistente Camareira em Meios de Hospedagem Manicure e Pedicure Operador de Computador Porteiro e Vigia Recepcionista em Meios de Hospedagem</i> |

| Cursos por Região | | | |
|--------------------------|---------------------------|--------------------------|--|
| Local | Investimento (R\$) | Pessoas atendidas | Cursos |
| <i>Campo Mourão</i> | <i>317.302</i> | <i>364</i> | <i>Aprendiz em Serviços Administrativos Auxiliar Administrativo Balconista de Farmácia Camareira em Meios de Hospedagem Cuidador de Idosos Manicure e Pedicure Operador de Caixa Operador de Computador Promotor de Vendas Recepcionista Vendedor</i> |
| <i>Irati</i> | <i>148.783</i> | <i>457</i> | <i>Auxiliar Administrativo Balconista de Farmácia Cabeleireiro Assistente Cuidador de Idosos Manicure e Pedicure Operador de Computador Recepcionista Técnico em Vendas</i> |
| <i>Guarapuava</i> | <i>314.760</i> | <i>282</i> | <i>Aprendizagem em Serviços de Comércio Aprendizagem em Serviços de Supermercado Auxiliar Administrativo Cabeleireiro Assistente Camareira em Meios de Hospedagem Manicure e Pedicure Operador de Computador Vendedor</i> |
| <i>Pato Branco</i> | <i>287.828</i> | <i>276</i> | <i>Aprendizagem em Serviços Administrativos Aprendiz em Serviços de Supermercado Auxiliar Administrativo Balconista de Farmácia Cabeleireiro Assistente Manicure e Pedicure Operador de Computador</i> |
| <i>Maringá</i> | <i>1.048.045</i> | <i>931</i> | <i>Aprendizagem em Serviços Administrativos Aprendizagem em Serviços de Supermercado Auxiliar Administrativo Balconista de Farmácia Cabeleireiro Assistente Confeiteiro Cozinheiro Cuidador de Idosos Depilador Garçom Manicure e Pedicure Pizzaiolo Porteiro e Vigia Recepcionista Vendedor</i> |

| Cursos por Região | | | |
|--------------------------|---------------------------|--------------------------|---|
| Local | Investimento (R\$) | Pessoas atendidas | Cursos |
| <i>Paranavaí</i> | <i>335.680</i> | <i>326</i> | <i>Aprendiz em Serviços Administrativos Auxiliar Administrativo Auxiliar de Crédito e Cobrança Balconista de Farmácia Cabeleireiro Assistente Depilador Manicure e Pedicure Operador de Computador Recepcionista</i> |
| <i>Umuarama</i> | <i>281.002</i> | <i>397</i> | <i>Auxiliar Administrativo Balconista de Farmácia Cabeleireiro Assistente Cuidador de Idosos Manicure e Pedicure Operador de Computador Recepcionista Vendedor</i> |
| <i>Toledo</i> | <i>197.360</i> | <i>165</i> | <i>Aprendiz em Serviços Administrativos Auxiliar Administrativo Auxiliar de Cozinha Cabeleireiro Assistente Cuidador de Idosos Manicure e Pedicure Operador de Caixa</i> |
| <i>Cascavel</i> | <i>329.004</i> | <i>361</i> | <i>Aprendiz em Serviços Administrativos Aprendizagem em Serviços de Supermercado Auxiliar Administrativo Balconista de Farmácia Cabeleireiro Assistente Manicure e Pedicure Porteiro e Vigia Vendedor</i> |
| <i>Foz do Iguaçu</i> | <i>188.782</i> | <i>243</i> | <i>Aprendizagem em Serviços Administrativos Auxiliar Administrativo Balconista de Farmácia Cabeleireiro Assistente Cozinheiro Manicure e Pedicure Porteiro e Vigia Recepcionista Recepcionista em Meios de Hospedagem</i> |
| Total Paraná | 7.266.053 | 7607 | |

| Cursos Região Metropolitana de Curitiba | | | |
|--|---------------------------|--------------------------|---|
| Local | Investimento (R\$) | Pessoas atendidas | Cursos |
| Região Metropolitana de Curitiba | 2.302.507 | 2095 | Aprendiz em Atendente de Lanchonete Aprendizagem em Serviços Administrativos para Instituição de Saúde Aprendizagem em Auxiliar de Cozinha Aprendizagem em Serviços Administrativos Aprendizagem em Serviços de Comércio Aprendizagem em Serviços de Supermercado Atendente de Lanchonete Auxiliar Administrativo Auxiliar de Cozinha Auxiliar de Crédito e Cobrança Auxiliar de Serviços em Comércio Exterior Balconista de Farmácia Cabeleireiro Assistente Confeiteiro Cozinheiro Cuidador de Idosos Depilador Garçon Manicure e Pedicure Maquiador Operador de Computador Pizzaiolo Porteiro e Vigia Recepcionista |

| Destaque 2009 Aprendizagem no Paraná | |
|---|----------------------------|
| Período | Aprendizes em Curso |
| 2007 | 764 |
| 2008 | 1.707 |
| Janeiro a Outubro/2009 | 2.913 |

Inserção social pelo trabalho

A parceria entre o SENAC, Risotolândia, Prefeitura Municipal de Araucária, APAE, Ministério Público do Trabalho e Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social, está capacitando 20 jovens com deficiência intelectual através do curso de aprendizagem em auxiliar de cozinha.”

Temos sábado a entrega simbólica de um diploma a um aluno de porteiro e vigia da Cidade de Matinhos. Ele foi escolhido porque num esforço, saía de Paranaguá e ia até Matinhos, andava 70 quilômetros por dia, de bicicleta, para estudar.

Temos mais duas carretas andando pelo Paraná, duas escolas itinerantes, de gastronomia e uma de informática, prestando capacitação nas escolas que não temos SENAC.

Era isso, Sr. Presidente. Estão aqui os nossos investimentos, um resumo, felizmente hoje estamos 3% acima do necessário e queremos fechar o ano com 1%.

Agradeço e peço ao Presidente Piana que faça a complementação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com palavra o Dr. Darci Piana, Presidente da Federação do Comércio. Seja bem-vindo a esta Casa.

Sr. Darci Piana

O SR. DARCI PIANA

Obrigado, Deputado Nelson Justus, Presidente desta Casa, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Queria complementar o que o Vitor tem dito, é o seguinte: a nossa preocupação desde o início da nossa gestão, foi interiorizar as ações da nossa operação do SESC e do SENAC. Temos feito com isso com insistência. Queria passar aos Srs. Deputados os nossos investimentos para que os senhores tivessem ideia do quanto estamos investindo e quais as regiões que estão sendo preferenciadas em função da qualidade de vida do IDH e assim por diante no Estado do Paraná.

Queria dizer que temos agora no Litoral, onde era apenas uma sede de veraneio, vamos ter uma sede de trabalho do SESC e do SENAC, que vai atender Guaratuba, Matinhos e Caiobá, ficando Paranaguá com os outros três ou quatro Municípios da região. Ou seja, aumentando a capacidade de Paranaguá e atendendo o restante do Litoral. Em Colombo está pronta a nossa unidade, vai ser inaugurada, é questão de encontrar uma data para atender parte da área metropolitana, como temos parcerias em Araucária, São José dos Pinhais, Campo Largo e Santo Antônio da Platina, que são Cidades que estão sendo preparadas as unidades para concluir. Com isso fazemos um trabalho, como exemplo de Araucária, que atendemos nesses últimos dois anos, mais de três mil qualificações naquele Município, como São José, Campo Largo, e Santo Antônio da Platina.

Já inauguramos a sede de Cornélio Procópio, que pode atender 2 mil pessoas por ano. Apucarana estamos no final da construção, uma sede grande que vai atender 6 mil pessoas naquela região. Nova Esperança uma parceria com a Prefeitura. Umuarama, que está em fase final o projeto para uma unidade grande, e também para atender mais de 6 mil pessoas naquela região. Campo Mourão, que estará pronta no mês de dezembro, uma unidade grande que deve atender 12 mil pessoas, naquela região, por ano. Ivaiporã, para atender o miolo do Paraná, ou seja, a região com o mais baixo IDH do nosso Estado. Uma sede nova para atender tanto SESC como SENAC.

Toledo, que já está em licitação uma unidade nova para atender 6 mil pessoas. Foz do Iguaçu, que foi recentemente inaugurado, cedido pelo Governo do Estado e por essa Assembleia, lá com o nosso Deputado Dobrandino, já atendendo 10 mil pessoas naquela unidade do antigo cassino. Francisco Beltrão, tivemos na semana passada o acordo com o Prefeito na cessão de um terreno naquela Cidade para a construção do SENAC, que lá temos apenas SESC. Pato Branco já inaugurada a sede do SESC, vamos ampliar a capacidade para mais 6 mil pessoas por ano. Palmas, temos um núcleo novo funcionando na antiga universidade, já em parceria com a Prefeitura. União da Vitória um núcleo funcionando e temos um acordo com o Prefeito, que cedeu um espaço grande para fazer ali onde era a Rede Ferroviária Federal, vamos construir uma sede do SESC e do SENAC, naquela Cidade. Marechal Cândido Rondon, um acordo com o Prefeito para a cessão do espaço para 1 mil e 500 pessoas. São Mateus do Sul, um núcleo de atendimento para 1 mil pessoas. Laranjeiras do Sul, também um

núcleo já funcionando para 1 mil pessoas. Prudentópolis funcionando com 2 mil pessoas. Paranaguá, num acordo com o Prefeito, uma unidade grande para o atendimento de Paranaguá. Londrina, no acordo final com o Prefeito para assumirmos o antigo cadeião para fazer um centro cultural. E também mais uma unidade nova do SESC e do SENAC lá na região dos cinco conjuntos para atender aquela região. São mais de 60 milhões de investimentos do SESC, e além disso fizemos investimentos de reformas em todas as unidades do SENAC do Paraná, reformas físicas e equipamentos de ensino que ultrapassam a casa dos 90 milhões nesse período do meu mandato.

Temos aqui as carretas que os senhores viram. Vem chegando mais duas carretas, uma para fazer beleza e mais uma para fazer panificação e confeitaria, para atender os pequenos Municípios do Paraná.

Isso falo do SENAC; do SESC tem uma quantidade de obras aproximadamente desse mesmo porte, ultrapassando a casa dos 130 milhões de investimentos que estão em andamento no Estado do Paraná, exatamente para atender todo Estado.

A pretensão nossa é chegarmos no final de 2010 atendendo todos os 399 Municípios do Estado do Paraná. É um projeto grandioso, audacioso, mas factível. Os recursos já temos definidos, já estão alocados e agora, como tenho dito aos nossos colaboradores do SESC e do SENAC, é fazer com que a coisa aconteça. A maioria dessas obras já está em andamento. Parte delas estão sendo licitadas, porque obedecemos ao critério de um Conselho Fiscal Regional, um Conselho Fiscal Nacional, o TCU e o CGU, que são os nossos controladores das contas do SESC e do SENAC.

Temos a maior transparência possível de tudo e estamos à disposição dos Srs. Deputados se um dia quiserem saber, poderíamos fazer um café da manhã, ou um almoço, um final de tarde, onde pudéssemos apresentar todos os nossos trabalhos.

O Vitor apresentou aqui apenas a questão da gratuidade, que são aproximadamente 9 mil este ano. Ano que vem será mais do que isso, os recursos já passam de 20% para 25% e o SENAC deve atingir este ano mais de 120 mil matrículas. O SESC deve ultrapassar os 41 milhões de atendimentos na área de Saúde, Educação, Lazer, Assistência Social e Cultura.

Estamos cumprindo com a nossa obrigação, cumprindo com o nosso acordo com o Ministro da Educação do Governo Federal. Vim agora de um acordo com o Exército Brasileiro, fazendo ali com a Superintendência do Exército, assinamos um compromisso hoje para fazer PAS, que é o alimento seguro, com o primeiro curso do Exército Brasileiro nessa parceria que temos com o Soldado Cidadão em todo o nosso País.

Quem sabe tenhamos, de novo, mais um grande curso a nível nacional partindo do Paraná.

Queria agradecer a boa vontade dos Srs. Deputados, e acredito que o nosso Deputado Scanavaca tenha ficado satisfeito com as explicações.

A Federação do Comércio, que é responsável pelo SESC e pelo SENAC, está sempre à disposição para quaisquer esclarecimentos que forem necessários.

Estava esquecendo da nossa Deputada de Maringá, porque em Maringá temos um acordo com o Prefeito, que deve ser inaugurado daqui alguns dias o nosso Mesa Brasil, que deverá atingir este ano 2 mil toneladas e deverá ultrapassar a casa dos 150 milhões de refeições, sem considerar o nosso Sopa e Pão, que atende 3 mil e 700 pessoas/dia. É uma sopa feita com nutricionistas e acompanha um pão especial que vai para 219 Instituições de Caridade, ou de pessoas idosas, ou de crianças em todo Estado do Paraná.

Devemos ampliar essa capacidade para o próximo ano para 12 Cidades e devemos chegar a 2 mil e 800 toneladas de alimentos, que são distribuídos gratuitamente e que são requisitados daqueles produtos que são invendáveis, ou seja, que não têm valor comercial, mas que são perfeitamente utilizáveis para alimentação, que através do Programa Mesa Brasil aproveitamos todo esse excedente de produção. Com esse aspecto ajudamos as pontas, ou seja, o produtor, para que não jogue fora e para aqueles que precisam ter uma boa alimentação.

Por outro lado, ajudamos o produtor na questão da colheita, ou seja, ajudamos a perder menos e utilizamos aquilo que sobra dele, ou que ele tem de excedente, para fornecer àquelas pessoas que têm menos privilégios neste País. A atenção nossa é voltada ao interior do Estado, pequenas Cidades, aquelas Cidades que tem menor IDH.

Neste aspecto, a Federação acompanha todo um projeto que tem junto com o SEBRAE, na qualificação também dos empresários, para melhorar o atendimento do comércio, que mantemos as pessoas nas suas Cidades, procurando fazer com que não venham para os grandes centros, acumulando mais as dificuldades que temos em nossos bairros. Então, acho que estamos cumprindo com nossas obrigações. Mas, não somos infalíveis. Estamos de portas abertas para receber as solicitações que foram feitas, e aquilo que for possível para melhorar ainda mais nosso atendimento.

Muito obrigado, Sras. Deputadas e Srs. Deputados que nos honraram com seu tempo precioso para nos escutar.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS) **(Pela Ordem)**

Só para saudar o Presidente Darci Piana, ele falou dos investimentos no Paraná. Mas quero destacar especificamente Campo Mourão, que recebe um grande investimento do SENAC, um belíssimo prédio que vai atender a toda região, são mais de 400 mil pessoas da nossa região, que o SENAC está oferecendo, como falou, vários cursos e que serão atendidos lá na nossa região.

E tenho a honra de destacar que acredito muito neste processo de capacitação. E o SENAC, até hoje me orgulho de carregar que o primeiro curso que fiz na vida foi o de vendedor, pelo João Lotário Betega, que foi meu professor no SENAC.

O SR. NEY LEPREVOST (PP) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, apenas para fazer dois agradecimentos ao Sistema FECOMERCIO, em especial ao seu competente Presidente, Dr. Darci Piana. O primeiro agradecimento em nome da Cidade de Curitiba, pela revitalização do Paço Municipal, que é um dos prédios históricos mais bonitos e mais importantes da Capital paranaense. Foi reformado. Está em pleno funcionamento e aberto para a comunidade, graças a um investimento feito pelo Sistema FECOMERCIO. Cabe lembrar que a revitalização do Paço Municipal significa um primeiro ponto de revitalização para aquela região do centro de Curitiba, onde a Prefeitura irá agora revitalizar a rua Riachuelo, onde os arredores da Catedral estarão sendo revitalizados em breve. Com isso, esperamos que a cracolândia de Curitiba seja destruída. Nós, como cidadãos curitibanos temos que agradecer ao Sistema FECOMERCIO.

Em segundo lugar, um rápido agradecimento pessoal: fazemos um trabalho, todos os anos, na vila Sandra, bairro da Cidade Industrial de Curitiba, local de IDH bastante baixo, onde trabalhamos com 6 mil crianças carentes na Paróquia São João Batista. Quero, publicamente, agradecer o apoio que tive este ano nos eventos que lá realizei, na Paróquia São João Batista, na vila Sandra, porque o sistema FECOMERCIO sempre esteve presente, nos apoiando.

Obrigado, diretores e Dr. Darci Piana.

O SR. PRESIDENTE **(Nelson Justus)**

Concedemos a palavra ao Sr. João Barreto Lopes, Diretor Regional do SENAI.

Sr. João Barreto Lopes

O SR. JOÃO BARRETO LOPES

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

É uma honra estar aqui na Casa da representação do cidadão paranaense. É uma satisfação muito grande poder atender a um pedido do Deputado Scanavaca, que conhece muito bem os procedimentos, o trabalho e a dedicação que temos em prol do atendimento da indústria no Estado do Paraná.

Venho falar sobre o SENAI e também sobre o SESI, especialmente no programa estabelecido a partir deste ano, para nossas instituições, da gratuidade em relação ao acordo, compromisso firmado com o Ministério da Educação, ano passado.

Temos que restabelecer, apenas por uma questão de esclarecimento, a origem do nosso Sistema S, que foi criado a partir do SENAI, em 1942, por um processo de autotributação dos empresários. É uma situação muito simples. Na época, a ausência de profissionais qualificados, que deixaram de vir da Europa para o Brasil, fez com que os empresários buscassem uma saída rápida, e foram então ao Presidente Getúlio Vargas e pediram que fosse determinada uma tributação sobre um determinado

ponto de referência, que até hoje ainda é a folha de pagamento, sobre a qual os empresários fazem uma contribuição, ou seja, dessa alta tributação foram criados então todos os serviços de formação e todos os serviços sociais que existem no Brasil. Esse é, portanto, um valor que o empresário brasileiro dispõe para o desenvolvimento do nosso País.

Falando especificamente do SENAI, desde 1942 já formamos mais de 45 milhões de pessoas no Brasil; aqui no Estado do Paraná, pelas nossas 80 escolas do SENAI e do SESI, já passaram mais de 2 milhões e 400 mil alunos. E no último ano tivemos aproximadamente 100 mil alunos no SENAI e aproximadamente 150 mil alunos no SESI.

O nosso compromisso com a gratuidade, estabelecido pelo acordo com o MEC, define que o SENAI deve dispor, a partir de 2009, de no mínimo 50% da sua receita líquida de contribuição das empresas para a Educação gratuita. Esse índice é nacional, estabelecido a partir das diferenças regionais que temos em todo o País e que, portanto, cabe a cada Estado uma parcela dessa contribuição, e são parcelas diferentes.

Por exemplo, no caso do Estado do Paraná, esse índice não é de 50, é de 49% a partir de 2009, indo para 53% em 2010, até chegar em 2014 com 66,6% de gratuidade sobre o recurso compulsório estabelecido. Esse valor, então estabelecido para o Paraná, está sendo cumprido, temos atendido até esse mês de outubro próximo passado, foi o último dado levantado a partir da planilha estabelecida pelo Ministério da Educação. Do nosso desafio de 49% atendemos já 53%. Ou seja, estamos relativamente acima da meta estabelecida.

Então, estamos muito ligados ao setor empresarial, ou seja, fazemos a nossa formação profissional ligada estritamente às necessidades da indústria. E isso nos dá portanto a segurança de afirmar aqui neste plenário, que o SENAI do Paraná tem o orgulho de afirmar que mais de 90% dos nossos alunos saem empregados à conclusão do seu curso.

O índice nacional pesquisado pelo SENAI há mais de 30 anos significa próximo de 80%. Aqui no Paraná temos orgulho de afirmar que o nosso índice de empregabilidade dos alunos formados é de mais de 90%.

Então, essas informações que se define como verdades, não absolutas, mas como realidades presentes, nos dão a tranquilidade de vir aqui e afirmar que estamos cumprindo o nosso dever.

Também temos trabalhado muito com as comunidades no interior do Estado, aqui na Região Metropolitana. Enfim, buscamos o atendimento, e só neste ano são mais de 80 mil pessoas atendidas pelo SENAI em diversas atividades, em cursos, em programas de formação, de aperfeiçoamento, qualificação, enfim, programas que trazem o desenvolvimento e o crescimento humano para a nossa população.

Especialmente com relação ao SESI do Paraná, que é a vanguarda do SESI no Brasil, temos um programa

que é considerado um dos melhores do País, que é a busca da antecipação do atingimento dos oito objetivos do milênio, em que queremos trazer para 2010 os objetivos que o Brasil firmou em 2015. Aqui no Paraná já conseguimos atingir sete dos oito objetivos.

Quero fazer um apelo a todos os Deputados para algo que é grave, que podemos, junto com a força do Legislativo que o Paraná representa, vencer o desafio mais perigoso que temos, que é a mortalidade da mulher aqui no Estado do Paraná. Que os Deputados nos ajudem, de toda natureza, para que possamos antecipar para 2010 o vencimento dessa batalha que é mortalidade materna, das mães paranaenses.

Agradeço este momento que nos foi dado aqui. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Esta Presidência agradece e cumprimenta o Deputado Fernando Scanavaca, pela iniciativa em nos brindar hoje, nesta tarde, com a presença do Dr. Darci Piana, Vitor Monastier e João Barreto Lopes, que realmente fazem um trabalho extraordinários em nosso Estado. Não tenho dúvidas que quanto mais conseguimos evitar a centralização, a nível federal, o nosso Estado vai andar e o nosso País também. Ninguém melhor do que os nossos municípios, os nossos Vereadores, Prefeitos, para terem acesso aos nossos pequenos empresários, para poderem ter acesso àquilo que o Governo oferece.

Estão de parabéns e o Paraná lhes agradece!

O SR. FERNANDO SCANAVACA (PDT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, esta tarde com a presença do SESI, do SENAI, do SENAC, hoje podemos dizer que o Ministro da Educação, Fernando Haddad estava equivocado quando cobrou, junto aos Deputados Federais, que estavam numa Audiência, que o Sistema S no Paraná estava com dinheiro em caixa estava investindo na Educação, no compromisso assumido junto ao Governo Federal. A importância hoje da presença do SESI, do SENAI, do SENAC, das presenças do Darci Piana, do Barreto, tenho certeza que hoje a população do Paraná poderá ter certeza que o Sistema S no Paraná está investindo além do que foi compactuado com o Governo Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Esta Presidência quer agradecer as presenças do Sr. Paulo Cruz, Diretor Regional do SESC; Nelson Bizoto - Presidente do Sindicato Empresarial de Campo Mourão; e a Sra. Daniela Oliveira, Diretora do Centro de Educação Profissional do SENAC.

Com a palavra o Deputado Edson Strapasson, no horário do PMDB.

O SR. TADEU VENERI (PT) (**Pela Ordem**)

Gostaria só de fazer um reconhecimento e um agradecimento ao Darci Piana, porque quando precisa-

mos, há cerca de dois anos, a Fundação do Banco do Brasil, a Bosch e a Cooperativa das Costureiras de Vila Verde, para que houvesse a validação das peças que as costureiras faziam, até para que pudessem entrar em concorrência, hoje há um processo que elas podem entregar 5 mil peças para a Bosch. E fomos procurar o SESC, o SENAC, o Darci Piana, e fomos atendidos. Por isso temos que fazer esse reconhecimento público. Quando as coisas não dão certo publicamente colocamos, e quando as coisas dão certo é preciso também que se coloque publicamente. Graças ao empenho do Darci Piana, empenho do SESC e do SENAC, essas pessoas na Vila Verde, que é um bairro extremamente pobre de Curitiba, estão conseguindo produzir, viver do seu trabalho, fazendo com que suas peças de roupa sejam reconhecidas nacionalmente,

Então, quero fazer esse depoimento público e agradecer à Federação e ao empenho que houve do Darci Piana e de toda equipe da FECOMERCIO.

Obrigado, Sr. Presidente!

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Sr. Deputado Edson Strapasson.

Liderança do PMDB: Deputado Edson Strapasson

O SR. EDSON STRAPASSON

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Quero também parabenizar ao Darci Piana, Ao Sistema FECOMERCIO, SESC, SENAC, SENAI. Foi muito feliz, Deputado Scanavaca, seu encaminhamento no sentido que pudéssemos ter um conhecimento do que é o sistema, da sua eficiência. Tenho certeza que, não fosse este trabalho que foi feito pelo Sistema S, a tão falada deficiência de profissionalização que temos neste País seria realmente insustentável.

Conversando com muitos empresários da região, eles nos colocam, muitas vezes, a dificuldade que têm de ter uma mão de obra qualificada, um profissional qualificado. Então, esse trabalho, esses investimentos que são feitos pelo Sistema S, sem dúvida representam uma esperança muito grande para que possamos melhorar a qualidade dos serviços profissionais, da mão de obra do Paraná e do Brasil.

Somos da Região Metropolitana. Há pouco ouvi falarem de Araucária e, evidentemente, pelo seu nível de industrialização, de geração de emprego, tem um maior investimento nesse trabalho, mas precisamos, mais do que nunca, e foi colocado aí pelas pesquisas, que quanto mais pobre é o cidadão, mais dificuldades está encontrando na busca do emprego. É fundamental que se aperfeiçoe, se foque fundamentalmente aquelas pessoas mais carentes que, muitas vezes, não têm qualquer oportunidade no mercado de trabalho, e que são aquelas que mais

sofrem. Essas pessoas sofrem mais porque se o cidadão que ganha um pouco mais ficar desempregado um tempo, tenho certeza, conseguirá sobreviver de outras maneiras. Ele terá, com se diz na gíria: uma gordura mínima suficiente para sobreviver. No entanto, aqueles que têm muito pouco ou nada têm, por certo, dependem fundamentalmente dessa atenção. Tenho certeza que o Sistema S focará, cada vez mais, esse perfil do trabalhador para que ele possa ser inserido no mercado de trabalho.

Quero, também, e é o motivo da minha presença nesta tribuna, falar do grande desafio, da grande cruzada que o Governo do Estado do Paraná tem feito, Deputado Ademir Bier, para enfrentar o drama que é o analfabetismo no Brasil e no Estado do Paraná. Apesar de termos investimentos pesados do Governo, os resultados identificados pelo PNAD/2008 não nos alegram muito. O Paraná possui, ainda, uma taxa muito alta de analfabetismo, sem contar aquele analfabetismo funcional que é hoje, perante a atual realidade, praticamente uma pessoa sem qualquer acesso à informação. Recentemente, tivemos uma mobilização através dos núcleos regionais. Tivemos um grande evento em Cerro Azul, com a presença de mais de 2 mil pessoas, buscando mobilizar a sociedade e as pessoas para que busquem, realmente, voltar à sala de aula para ter o mínimo de acesso à Educação.

Evidentemente, por mais esforço que faça o Governo, não vai conseguir sucesso se não sensibilizar, não motivar as pessoas que hoje estão nessa condição para que retornem aos bancos escolares, para que eles possam, amanhã, frequentar o curso do Sistema S, para que possam melhorar sua qualificação. Sem dúvida, o mínimo que se busca, que se espera é que possamos reduzir a taxa de analfabetismo no Estado do Paraná. É evidente que participamos, também, não somente do núcleo norte, mas, na quinta feira passada, dia 19, o núcleo de Curitiba mostrou o tamanho do exército que é o exército para enfrentar esse grande desafio.

No Teatro Guaíra, o Núcleo Regional de Educação de Curitiba, chefiado pela professora Cheila M. de Toledo, reuniu mais de 2 mil pessoas, entre professores, alunos, diretores. E lá pudemos constatar a presença de uma senhora com 81 anos, que voltou para os bancos escolares para sair dessa vergonha nacional, que é o analfabetismo. Então, é evidente que temos que parabenizar toda essa grande equipe de professores, educadores, que estão motivando, estão realizando um trabalho importante, que reúne, através dessas experiências, através desses eventos, a troca de experiências das questões pedagógicas de forma a motivar o retorno aos bancos escolares de milhares de pessoas, a exemplo de que temos hoje no Estado do Paraná, que é em torno de 150 mil alunos que frequentam o EJA Paraná.

Aqui na região é em torno de 12 mil, em Curitiba, que, através de 28 escolas, estão aí também buscando a sua melhor condição de alfabetização. Então, aqui mais uma vez dizer que todo o Governo deve priorizar, o Estado do Paraná tem priorizado a questão do combate ao

analfabetismo. E tenho a certeza que temos que buscar mecanismos para motivar essas pessoas. E mais do que nunca pedir para que sejamos justos na Região Metropolitana.

Enquanto Araucária, São José dos Pinhais, possuem um altíssimo nível de industrialização, de emprego, nós temos ao Norte, especialmente Município que pela sua condição topográfica, pela sua dificuldades de acesso, falta de vias estruturais, pelas restrições de ocupação por serem áreas de manancial ou superficial, ou manancial subterrâneo, foram praticamente impedidas, não tiveram, não foram aquinhoadas nesse processo de industrialização e hoje os Prefeitos da região enfrentam um grande drama, que é o de dar condições mínimas às políticas sociais: Educação, Saúde, na geração de emprego, sendo que a arrecadação desses Municípios é muito pequena, é deficitária, sequer consegue estabelecer as políticas sociais mínimas. E defendo que nós, como encaminhamos um projeto nesta Casa, tenhamos um novo processo de gestão metropolitana, buscando reduzir as desigualdades da região, não somente para o cidadão metropolitano, que é muito desigual. Temos aqui muito carência, muita dificuldade, muita desigualdade social, mas temos também desigualdades nos Municípios que têm, a exemplo do que sempre falo, a mesma população e têm seis vezes o orçamento de outro.

Portanto, o Governo do Estado deve e pode atuar na forma compensatória, de modo a compensar que os Municípios de menor participação econômica, que não têm os empregos necessários, que não tem a arrecadação necessária, possa ser justo e possa, pelo menos, dar as políticas sociais mínimas necessárias para que o cidadão metropolitano não tenha uma discriminação regional.

Então, é evidente que a questão da profissionalização, capacitação é realmente muito importante. E que possamos estabelecer políticas junto aos empresários que facilitem primeiro emprego para o menor aprendiz, que possam até dar o emprego aquele que é o drama maior, pior que o jovem que não tem emprego é aquele que perdeu o tempo, o emprego, já está com 40 anos de idade, tem uma família para sustentar, não tem qualificação, está desatualizado na questão informática, e muitas vezes busca de porta em porta aquele emprego, que ele há muito tempo se julgava um bom empregado e o é, com certeza, mas hoje está fora do mercado de trabalho. Que possamos atender essas faixas, esses níveis de emprego, que são muito importantes, porque sem dúvida, o cidadão que não tem a garantia do emprego, de dar o sustento, não consegue dormir ao ver o desespero de sua família.

Parabéns, mais uma vez, ao Sistema SESC, SENAC, SENAI e a FECOMÉRCIO, por esta atuação. Que possamos ainda avançar mais, porque são treinamentos, capacitações e cursos muito importantes para tantas pessoas que aí depositam a sua total confiança e a busca de uma oportunidade de mercado de trabalho.

Obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Bloco PPS/PMN. Com a palavra o Deputado Douglas Fabrício.

Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Douglas Fabrício (PPS)

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Sra. Presidente, Deputada Cida Borghetti, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, pessoas que acompanham pela TV SINAL e TV MERCOSUL, no Estado do Paraná, os nossos trabalhos aqui nesta tarde.

Falar sobre um assunto que voltou a dar dor de cabeça à população do Paraná. A Gazeta do Povo traz hoje uma reportagem que está aqui: *Gripe A, H1N1, causa mais duas mortes no Paraná*. Já estamos em uma situação de calor. Mas quando estava frio, o ambiente estava mais propício. Lembro-me que tivemos que tomar algumas precauções aqui, nas Sessões, por causa da contaminação, para que o vírus não atingisse as pessoas.

No Paraná houve um aumento do número de casos confirmados, que estava em 35 mil 474, no boletim anterior que a Secretaria divulgou. Agora chegou a 39 mil 143, pelo levantamento desta semana. Então, mais de 4 mil pessoas do último boletim para este. Desses 39 mil 143 casos confirmados, a doença já matou 285 pessoas no nosso Estado. Curitiba, que é a maior região em termos de população, 30,81% registrados, com 12 mil 063 casos da doença; depois vem Londrina, com 4 mil 508; Cascavel, 3 mil 803, etc. Número de mortes: 85 registros em Curitiba - 29%: Cascavel, 22; Maringá, 21; Foz do Iguaçu, 19; Londrina, 14; Campo Mourão, 14.

Chamar a atenção para Campo Mourão, região que represento com muito orgulho aqui na Assembleia Legislativa, com 14 óbitos, empatou com Londrina, com a Gripe H1N1, segundo a reportagem da Gazeta do Povo. Em Campo Mourão, é de se lamentar, porque o Governo do Estado está deixando a desejar nesse sentido, porque infelizmente teve um número igual de mortes de Londrina, e lá tem um número menor de habitantes.

O que nos preocupa aqui é justamente chamar atenção do Governo para retomar aquelas campanhas que estavam fazendo e que, num determinado momento, imaginamos que esse problema estava resolvido. Mas, se a imprensa está dando destaque para esse caso, significa que está resolvido.

Às vezes, quando falo aqui: o Governador tinha que se preocupar em cuidar do Estado do Paraná, alguns falam: "Você está criticando o Governador". Tem que cobrar do Governador, ele é o Chefe do Executivo! O povo morrendo de Gripe A H1N1 aqui no Paraná e o Governador em Brasília, lançando candidatura de Presidente de República.

O pedágio aumentando. Hoje subiu o pedágio, Deputado Marcelo Rangel. Hoje, quem andar no Paraná, o pedágio subiu. Sétimo ano consecutivo subindo. E

aquela conversa que tinha lá atrás: “O Pedágio baixa ou acaba”, é conversa fiada. Não baixou e não acabou.

A Segurança Pública continua um caos. Não contrataram novos policiais, falaram que ia ter concurso. E o Governador em Brasília.

Concedo um aparte ao Deputado Cheida.

O Sr. Luiz Eduardo Cheida (PMDB)

Obrigado, Deputado Douglas. Apenas para dizer, V. Exa. estava questionando as duas Cidades: Londrina e Campo Mourão. Naturalmente Londrina é maior, com a mesma mortalidade de 14 pessoas. Claro que aparentemente há de se indagar como é que uma Cidade maior pode ter o mesmo número que uma Cidade menor. Agora, as duas Cidades são polos de uma região, e por serem isso, seguramente são Cidades que fogem ao controle do ponto de vista da incidência da doença, porque acolhem muitos doentes que vêm de fora. Nesse sentido, do ponto de vista da epidemiologia, que é como você classifica as doenças, é muito difícil. Só pelo tamanho da Cidade não é possível você fazer comparação entre as duas.

Era apenas isso que eu queria dizer, sem tirar o mérito da exposição de V. Exa. e aproveitando para dizer que agora, com o início do verão, vem uma preocupação adicional, o problema da dengue.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Agradeço, Deputado Cheida. O nosso questionamento é no sentido de alertar o Governo para que fique atento à essa situação. Por isso a nossa preocupação e o nosso pronunciamento. Chegaram a morrer mais pessoas agora, imaginava que esse problema da gripe estivesse solucionado. O clima favorecia isso.

Deputado Belinati, V. Exa. pediu um aparte?

O Sr. Antonio Belinati (PP)

Nobre Deputado Douglas, V. Exa. sempre traz assuntos do momento e, acima de tudo, mostra o seu caráter, a sua preocupação, com o bem-estar dos paranaenses. O Deputado Cheida colocou com muita propriedade, de um lado a tal gripe que a maioria do povo não sabe falar, é a Gripe Suína mesmo, do porco. Do outro lado uma expectativa que está sendo criada, que vai ter uma nova epidemia de dengue no Paraná, que também pode matar. Gente que pode passar mal, não morrer, mas vai sofrer.

Gostaria de lembrar, Deputado Douglas, no tocante a essa gripe, nós Deputados aqui e as autoridades temos uma grande parcela de culpa, sim, e de responsabilidade. Logo que explodiu a Gripe Suína no Brasil e no mundo, eu trouxe para ser votado nesta Casa um projeto que, se aprovado e sancionado, tornaria obrigatória a colocação do álcool em gel em todos os prédios públicos, privados, particulares, em shoppings, igrejas, em ônibus, terminais de ônibus, cinemas, teatros, em todo canto.

Pois bem, passou a primeira fase da Gripe Suína e o nosso projeto, até agora, Deputado Douglas, está adormecido, está dormindo em alguma gaveta nesta Casa.

E V. Exa. está colocando muito bem a preocupação que foi trazida numa importante matéria da Gazeta do Povo, que a Gripe Suína já está voltando, está fazendo novas vítimas, e o nosso projeto, que tornava uma coisa tão importante, que serviria de preservação também, que evitaria a gripe em muitas pessoas, que evitaria, quem sabe, casos até fatais, casos de gente morrer por causa da gripe, que era um projeto simples, para tornar obrigatório o álcool em gel em todo canto do Paraná. Cadê o nosso projeto? Está dormindo. De quem é a culpa? A culpa é desta Casa. Quer dizer, temos, sim, essa responsabilidade, essa parcela de culpa.

É uma pena que o nosso projeto até agora não tenha sido votado.

Parabéns.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Obrigado, Deputado Belinati, V. Exa. ocupou boa parte do nosso tempo para falar do seu projeto. Quero dizer para o senhor o seguinte: a hora que esse projeto estiver na pauta aqui, Deputado, pode contar com o meu voto, se é isso que lhe conforta.

Concedo um aparte ao Deputado Reni Pereira.

O Sr. Reni Pereira (PSB)

Eu declino, porque ia falar do seu pronunciamento do pedágio. Peço um aparte ao próximo orador.

Obrigado.

O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Douglas, apenas para falar sobre o concurso que V. Exa. mencionou e para informar a opinião pública, o concurso já foi aberto, já tem data marcada e é um concurso para mais de 2 mil pessoas e, lógico, tem que fazer na forma da lei. É lógico que veio um pouco tarde, mas está andando e vai acontecer.

Obrigado.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Obrigado, Deputado Dobrandino. O nosso questionamento é o seguinte: o Governo está chegando no final do seu mandato e aí vai fazer concurso para contratar 2 mil policiais. Não sei quando vão ser contratados. Será que o Governo não tinha algumas pessoas que já passaram em concursos anteriores e poderiam contratar agora? É este o nosso questionamento. Infelizmente a Segurança do Paraná não vai bem e o Governador do Paraná está falando em candidatura à Presidência da República. É uma barbaridade!

Obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Ainda no Horário das Lideranças, próximo orador inscrito pelo Democratas, Deputado Plauto Miró Guimarães.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Deputada Cida, gostaria que me inscrevesse em Explicações Pessoais.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

V. Exa. está inscrito.

Liderança do DEM: Deputado Plauto Miró

O SR. PLAUTO MIRÓ

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, inicialmente quero deixar registrado a posição da Bancada Estadual do Democratas com relação aos acontecimentos referentes ao Governador, ao Governo do Distrito Federal.

O Governador Arruda, um homem que já transitou em vários partidos políticos no nosso País e neste momento, no exercício do mandato está filiado ao Democratas, partido do qual faço parte. E nós, da Bancada Estadual já tomamos uma posição clara e pública neste momento, pela expulsão do Governador do Distrito Federal do nosso partido, do Democratas.

Esta é a posição da Bancada Estadual com relação a tudo aquilo que estamos assistindo no Governo do Distrito Federal.

Estive hoje, Sr. Presidente, Srs. Deputados, numa audiência importantíssima no Tribunal de Contas do Estado do Paraná, com o Presidente daquele Tribunal, Hermas Brandão, acompanhando lideranças de várias entidades do Município de Ponta Grossa - O presidente da entidade do Asilo São Vicente de Paula, o Laertes, o Pedro Campos, do Instituto Duque de Caxias, a Nair da APM, Associação de Proteção às Meninas; o Ângelo, da Assart (sic) para lá conversar, discutir e informar com o Presidente do Tribunal de Contas sobre os repasses que os Municípios paranaenses fazem às entidades.

Existe uma grande polêmica onde nós vamos ter, através de uma normativa que o Tribunal de Contas irá fazer, para que possa ele regulamentar esses repasses. O que acontece? Segundo o Presidente do Tribunal de Contas, 10% das entidades que recebem repasse dos Municípios estão irregulares, recebendo recursos e gastando irregularmente o dinheiro que as Prefeituras Municipais passam a elas. Noventa por cento das entidades trabalha e caminha no sentido correto, só que estes 10% estão fazendo que o Tribunal de Contas tenha que fazer uma regulamentação, uma normativa para que os recursos repassados pelos Municípios possam continuar.

Tem algumas entidades que recebem recursos da Prefeitura e elas são instrumento de contratação de funcionários a pedido do Poder Executivo Municipal, isso faz com que um ato de irregularidade aconteça. O Presidente do Tribunal de Contas tranquilizou a todas as entidades que ali estavam, aquelas entidades que trabalham corretamente, cumprem com seu dever de acordo com a legislação, falando que nessa normativa que vai sair por parte do Tribunal de Contas, tudo isso vai ser regulamentado e

aqueles que prestam bons serviços vão poder continuar recebendo os repasses da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa. Esta é a posição do Tribunal de Contas e todos saíram, as pessoas que lá participaram, satisfeitas com aquilo que o Presidente do Tribunal de Contas colocou.

Obrigado, Sra. Presidente, Srs. Deputados.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Bloco PSB/PRB/PV, com a palavra a Deputada Rosane Ferreira.

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV: Deputada Rosane Ferreira (PV)

A SRA. ROSANE FERREIRA

Deputada Cida Borghetti, com muito cuidado sem criar algum melindre no Deputado Nelson Justus, mas é sempre um prazer usar essa tribuna com V. Exa. na Presidência, é sempre um prazer!

Antes de entrar no que me trouxe realmente à tribuna, não posso deixar de registrar e pedir uma atenção especial do Governo do Estado e da Secretaria da Educação para nosso Colégio Estadual do Paraná.

Ontem vi rapidamente o vídeo que está na internet mostrando o último conflito envolvendo aquele colégio. É assustador, é muito preocupante porque o conflito que lá se deu poderia ter tomado proporções assustadoras mesmo. Então não quero esmiuçar isso, só peço que o Governo tome atenção a princípio o que poderia ser só uma brincadeira de final de ano, de encerramento de ano letivo poderia ter se tornado um desastre naquele Colégio. Temos que rever todo o processo educacional, Deputada Cida, temos que cuidar mais e não descuidar nunca da nossa educação.

Mas o que me trouxe aqui, plagiando um pouco o Deputado Belinati foi um e-mail de um artigo de autoria do Sr. Júlio Daio Borges:

(Lê):

Artigo recebido por e-mail é de autoria de Júlio Daio Borges, publicado no site Digestivo Cultural, comentado a capa da revista americana "Economist, do dia 12 de novembro deste ano.

Números oficiais podem mentir, Copa do Mundo e Olimpíadas podem guardar um apelo de "pão e circo", mesmo os BRICs são uma previsão que poderia falhar, mas e a capa da melhor revista do mundo - a mais séria, a mais bem escrita, a mais respeitada (junto com a lendária New Yorker)? E não foi qualquer capa: o título era "O Brasil Decola", chamando para uma reportagem especial, de 14 páginas, "sobre a história de maior sucesso da América Latina.

Tudo bem que América Latina não é Europa, nem Ásia, nem muito menos América do Norte, mas o Brasil circulou, com o aval da publicação mais importante do mundo, durante uma semana, sendo vendido como a grande esperança para a economia do planeta, entre a elite dos negócios globais...

A Economist começa afirmando que o Brasil sempre teve grande potencial, pois detém as maiores reservas de água do mundo, as maiores florestas, uma terra incrivelmente fértil (que permite até três colheitas por ano), fora uma grande riqueza mineral e de hidrocarbonetos. Sobre o atual momento, assinala que o Brasil já teve democracia antes, já teve inflação sob controle e já teve crescimento econômico antes, mas nunca teve tudo ao mesmo tempo (como agora).

Através de um gráfico, a revista mostra também que os investimentos explodiram a partir da consolidação do real e que o Brasil já é o maior destino dos investidores, entre os Países em desenvolvimento, depois da China.

Pela primeira vez, afirma a Economist, temos multinacionais de verdade, como PETROBRAS, Vale e EMBRAER (entre outras). A revista assinala, ainda, o boom das commodities que beneficiou o maior exportador de café, açúcar, frango, carne e suco de laranja do mundo (futuramente, também, de petróleo?).

Contudo, alerta para a persistente sombra do atraso no Estado Brasileiro, graças a uma Constituição que mais prevê gastos do que o modo como as instituições devem funcionar; sem falar numa arcaica legislação trabalhista, ainda da década de 1940, quando se imaginava que os trabalhadores se empregariam em grandes fábricas, numa economia sempre estável, e para toda a vida. E a nova classe média não poderia ficar de fora, com a expansão da classe C de 42% (2004) para 52% (2008) da população, segundo a FGV; e com a diminuição dos miseráveis em 50%, de 2003 a 2008, segundo o IPEA.

Por fim, a Economist compara o Brasil aos Estados Unidos, dizendo que o nosso “caldeirão de raças” (melting pot) é ainda mais rico que o deles e que o País do futuro pode se tornar o País do presente, se combater a criminalidade, se livrar de políticos corruptos, garantir saneamento básico, diminuir a impunidade e impedir a devastação...

O ufanismo pós-Economist, no final das contas, se justifica? Só se fizermos, como dizem em inglês, a nossa lição de casa - e ela não é pouca. Nunca devemos esquecer que começamos a acertar há 15 anos, e que temos de reverter quase 500 anos de atraso.

Fiz questão de repassar para vocês esse artigo que eu li, porque me deu profundo prazer lê-lo ontem à noite, mesmo depois de ter visto muita coisa ruim na imprensa, na mídia. É bom ouvir e falar bem do nosso País, é bom saber que realmente podemos ser o País do presente, apesar de todos os problemas que temos da infraestrutura. Não é, Deputado Reni Pereira? Dos portos, das estradas, dos estrangulamentos e do pedágio.

O Sr. Reni Pereira (PSB)

V. Exa. faz um discurso que fala da questão do Brasil do presente e do futuro. Só tenho que cumprimentá-la por isso.

Eu represento, junto com outros Deputados, a Região Oeste, uma região agrícola. E agora também tem várias agroindústrias. E temos tido, já que V. Exa. trata de estrada, um grande estrangulamento que se chama pedágio. Queria até fazer um aparte ao Deputado Douglas Fabrício, porque ontem escutei, com muita tristeza, o Presidente da Associação de Concessionárias do Paraná, o Sr. João Chiminazzo, aliás eu já tomei essa conduta aqui, desde o ano passado, quando falei que realmente essa briga de faz de conta de ingressar na Justiça nunca ganharam nada. Até parece que é um jogo de cartas marcadas, que nunca ganharam nenhum na Justiça. E, realmente foi isso que esse senhor falou, que é um jogo de cena, que essas pessoas fingem, sabe qual é o destino, jogam para a plateia e enganam o público com o objetivo de ter votos.

É justamente, por isso, Deputado Douglas, ia até fazer um aparte, porque V. Exa. não se inclui nesse que joga para a plateia, porque eu faço parte, me inclui numa frente para coletar assinatura para que daqui a sete anos, quando acabar esse contrato de pedágio com essas rodovias, não se conceda novamente a não ser o pedágio de conservação. Que é o que deveria ter concedido agora, porque as rodovias foram construídas com os recursos públicos. Tem mais um grande perigo a solta no ar, que é a possibilidade de prorrogação desses contratos.

Então, dentro do seu discurso é muito importante essa visão estratégica de Brasil, de Paraná, mas temos que fazer o papel do Poder Legislativo que é vigiar e, principalmente, no final de mandato é que essas coisas obscuras, alteração de contrato acontece.

Parabéns e fica o registro que não pude fazer, que o Deputado, assim como vários outros Deputados aqui nesta Casa, não fazem discurso para a plateia quando falam de pedágio. Falam para poder contribuir e para não permitir uma nova enganação no Paraná.

A SRA. ROSANE FERREIRA (PV)

Com a palavra o Deputado Marcelo Rangel.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS)

Só para contribuir, parabenizando o Deputado Reni Pereira pelo pronunciamento, para dizer que com relação ao pedágio, reajustaram as tarifas, na minha opinião pessoal não deveriam, porque eles já fizeram isso há mais de 30 dias, no momento em que as concessionárias começaram a cobrar os eixos suspensos no Estado do Paraná.

Temos aqui um documento da Assembleia que foi aprovado por todos os Parlamentares, para que as concessionárias expliquem, quanto que as concessionárias do Estado arrecadaram a mais com os eixos suspensos, que não está previsto no contrato.

Temos aqui um projeto que está travado. Só para dizer que o projeto precisa andar, precisa vir ao Plenário.

A SRA. ROSANE FERREIRA (PV)

Imagine, Deputado Nelson Justus, se conseguirmos resolver esses gargalos. Esses gargalos de infraestrutura, imaginem que Países terão futuramente. Nunca esquecer a questão do pedágio as pessoas sempre tem a noção de que quem paga o pedágio é quem transita embaixo das praças e, não é verdade. A questão do pedágio é circotizada em toda economia do nosso Paraná e todos os pagamentos tempo todo, mesmo quem nunca pisou numa rodovia estadual.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No horário do PT com a palavra o Deputado Elton Welter.

Liderança do PT: Deputado Elton Welter

O SR. ELTON WELTER

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Deputada Rosane, realmente o seu pronunciamento e esse reconhecimento mundial dá orgulho ao povo brasileiro. Isso mostra que o gigante está se mexendo de fato, esse gigante que é o Brasil tão rico em recursos naturais e tão belos, rico e exuberante de tantas raças que se misturam e que estão encantadas com aquilo que precisa ser feito na República.

Nós que somos lideranças partidárias ficamos muito sentidos quando ocorrem fatos como esse ligado ao Governador do Distrito Federal. Todos sabemos, no passado quiseram imputar a pecha ao PT. O PT é culpado de todo o problema de corrupção, dos problemas de ordem política. Aí pedra para todo lado. Queriam dizimar o PT da República. O Bornhaunse dizia: “Vamos acabar com essa raça.” Foi muito forte essa mensagem.

Mas eu tenho convicção, quando falo com as lideranças políticas, aqui do Paraná, das lideranças de todos os partidos quando dialogo, quando vejo como o Deputado Jocelito Canto se incomoda quando vem tribuna e fala. Quando o Deputado Jocelito fala, Deputado Rossoni, ele faz uma crítica ao modelo, ele faz uma crítica muitas vezes a convivência que muita gente não tem como externar, como deveria.

Tenho estudado muito a reforma política. Vejo que os partidos não se mobilizam para fazer a reforma política.

O Presidente da República já mandou duas ou três reformas políticas para o Congresso. Há consenso na postura, por exemplo, do Caiado, que é o líder do bem com as lideranças do PT. Do ponto de vista da fidelidade, do financiamento público.

O PT tem uma proposta que se não andar pelo Congresso, fazer uma Constituinte exclusiva, debater a reforma política com profundidade.

Todo mundo sabe que a ferramenta de fazer política é o partido político. Do jeito que a regra está preva-

lece a regra do indivíduo. De quem está mais perto do Rei. Os poderes econômicos se sobrepõem sobre o político.

O econômico está mandando no político nesse jogo de quem é mais espertinho levar vantagem no processo eleitoral.

Isso é ruim para todas as lideranças. Por isso nós temos que discutir um modelo que cria condições para o povo brasileiro ter orgulho da política e dos políticos.

O meu partido defende. Por que a mídia de massa não puxa uma campanha para fazer reforma política discutindo temas pontuais e apelando as lideranças políticos partidárias para fazer essa reforma política.

Enquanto o poder econômico interferir nas eleições, vai continuar tendo problemas nos partidos políticos. É lamentável reconhecer isso aqui na tribuna. É verdade, as lideranças partidárias sabem como resolver o problema do País.

O Congresso Nacional precisaria votar minimamente uma pauta onde fortaleceria os partidos políticos, onde valorizaria o partido político. O partido já fala por si só e é parte da sociedade.

Hoje prevalece o indivíduo, o interesse dos indivíduos dentro dos partidos e tentam crucificar, tentam imputar culpa muitas vezes quando alguém é pego em corrupção.

A justiça tem que ser dura, tem que punir exemplarmente. Sofremos na carne, cortamos na carne, mas nós dizemos, apresentamos proposta para mudar esse modelo que é viciado, que é problemático e infelizmente o Congresso não vota.

Quero crer que é fundamental que nesse momento de crise de valores, de crise política, quando envolve Governador do Democratas, todos os partidos estão fazendo reflexão, por que como é que nós ainda não fizemos a reforma política? Por que é que ainda não se tem fidelidade partidária verdadeira, não se tem financiamento público? Acredito que com o financiamento público nós vamos diminuir e amenizar a interferência do poder econômico na política. Vai diminuir, mas não vai acabar. Nós sabemos disso, mas é um meio de transformar as eleições mais justas, mais igualitárias criando condições de disputas não tão complicadas e prevalecerá certamente a tese das ideias que os candidatos defendem.

Nem sempre é o bom pronunciamento ou boa proposta que prevalece no processo eleitoral, muitas vezes é o poder econômico infelizmente.

O Sr. Luiz Eduardo Cheida (PMDB)

Acho muito boa a sua intervenção, concordo com ela. Acrescentar a legalização dos lobbys, porque o grande problema é o cidadão que tem interesse no Governador, no Prefeito ou no Deputado, Vereador, sei lá em quem, e vai na calada da noite entregar o pacote de dinheiro e fazer acordo no gabinete.

Todo mundo sabe que as pressões existem. E do mesmo jeito que é legítimo uma dona de casa, uma asso-

ciação de moradores ou um sindicato pressionar o político eleito, é legítimo, também, o empresário pressionar. São segmentos da sociedade. Agora, isto tem que ser feito às claras. Nos Estados Unidos, por exemplo, você sabe quem é Deputado e a que lobby ele pertence ou atende. Ele, de repente, resolveu ser o Deputado da indústria do cigarro. É um problema dele. Mas, é à luz do dia. Isso é claro. Aqui no Brasil é a hipocrisia que domina. É o cidadão que faz de conta que não é, faz um discurso para a plateia e faz outro para o apoiador de campanha. Existem projetos neste sentido no Congresso. Apenas só para listar, dentre as questões que V. Exa. tão bem nomina como financiamento público de campanha, a fidelidade partidária, colocar esta questão para rasgar a fantasia. Está na hora de deixarmos a velha hipocrisia de lado - e o Brasil é pródigo nisso - para colocarmos as coisas à luz do dia. E a questão dos lobbys sem dúvida nenhuma, é pressão pura, é dinheiro, é financiamento para campanha, é propina. E é isso que tem que acabar. Não há dúvida nenhuma. Muito obrigado pelo aparte e parabéns pelo pronunciamento.

O SR. DEPUTADO ELTON WELTER (PT)

Eu agradeço e também concordo que precisa-se legalizar os lobbys no Congresso Nacional para identificar, exatamente, quem apoia quem e, quem de fato o Deputado representa. Isto daria mais transparência e ficaria mais claro ao juízo do eleitor.

Então, Sr. Presidente, é o momento das lideranças partidárias brasileiras criarem, fazerem um trabalho para que haja uma reforma política. O modelo apodreceu. Isto está evidente. Nós sabemos que e período eleitoral, muitas vezes partidos que são usados de aluguel se colocam à disposição das lideranças, de candidatos a Prefeito, para ganhar mais tempo na televisão. Sabemos que isto acontece.

Na prática, é um modelo que não serve mais para a democracia brasileira. Não serve mais para as lideranças políticas sérias, que querem uma fidelidade partidária. Lideranças que querem fazer com que as pessoas se apaixonem pela política, as pessoas gostem do dia a dia da política. Porque a política é coisa boa. Fazer as coisas como deveriam ser feitas para a sociedade. Estamos avançando nisso. O problema é que o modelo político partidário é que está criando mazelas, problemas, está podre e não conseguimos fazer o conserto.

Faço *mea culpa*. Mas, nós não temos maioria política no Congresso Nacional. Construímos uma maioria política, mas na hora de votar reformas consistentes, elas não andam, exatamente porque há interesse escuso, dúbio, que funciona na Casa Parlamentar Federal, onde não se permite fazer as reformas que deveriam ser feitas para aperfeiçoarmos os partidos políticos, aprofundarmos a democracia, valorizando o partido, o coletivo partidário e criando condições para que não haja meramente interesse pré-eleitorais, alianças pontuais, que muitas vezes

não estão pactuadas dentro de programas para serem implementados, que atendem o interesse do povo.

Infelizmente, isto acontece e sabemos como resolver. Agora, depende de uma reforma política bem feita, bem estudada, que contemple várias propostas, como financiamento público, ter a fidelidade partidária e outras medidas importantes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No horário destinado à Liderança do Governo. Concedemos a palavra ao Deputado Luiz Claudio Romanelli.

Antes, porém, vou ficar lembrando para que V. Exas. não esqueçam: a Sessão amanhã será às 10h. Não teremos a Sessão à tarde, em virtude do encontro que haverá em Foz do Iguaçu de todos os Prefeitos. E sem dúvida nenhuma haverá um grande número de Deputados que se deslocaram para Foz do Iguaçu. Para evitar maiores dificuldades, vamos fazer a Sessão amanhã, às 10h.

E, quero aproveitar, já que o Líder do Governo vai falar, quero lembrar aos Srs. Deputados que essa Presidência tomou uma decisão: na primeira semana, logo após o fim do recesso parlamentar, nós vamos colocar aquela PEC para votar, a PEC que fala dos servidores militares. E eu dou esse tempo para a reflexão de V. Exas., para que V. Exas. estudem com cuidado, com critério, com equilíbrio, ouçam, falem com constitucionalistas, ouçam Secretários, ouçam futuros governantes, para que não cometamos nenhum equívoco.

Em hipótese alguma, combina com este Presidente qualquer tipo de ação demagógica, não me agrada isso. Mas, temos o número de assinaturas, o projeto caminhou. A Presidência tem a obrigação de colocar essa PEC para votar, em que pese tenha a minha opinião formada. E, externarei a minha opinião no momento da votação lá da tribuna. Mas eu faço isso hoje, aproveito a presença do Líder do Governo na tribuna, até porque também conversei com o Líder da Oposição hoje, e nós vamos colocar sim. E, vou responder sim aos mais de 1 mil e-mails que eu recebi dos servidores militares, mais de 1 mil, acho que ultrapassei longe o Belinati, vou responder a todos eles dando a minha opinião.

Mas, desde já esclareço que vamos colocar para votar na primeira semana, logo após o recesso.

O SR. RENI PEREIRA (PSB) (Pela Ordem)

Só para justificar, já que houve essa mudança da Sessão de amanhã, nesse horário eu tenho uma reunião agendada pela Comissão de Defesa do Consumidor com o Ministério Público. Então, fica a justificativa da minha ausência aqui.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Perfeito. Com a palavra Deputado Luiz Claudio Romanelli.

Liderança do Governo: Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, eu até voltei à bancada para poder comunicar os Srs. Parlamentares, a essa Presidência e as Sras. Parlamentares, que essa sua decisão de incluir para poder, obviamente, nomear uma comissão especial que possa analisar a chamada PEC 64, que dá uma nova redação aos parágrafos 9º, 10º e 14º do artigo 45 da Constituição do Estado do Paraná, foi objeto, Sr. Presidente, essa PEC foi objeto de uma análise por parte da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência.

Fiz essa consulta na condição de Líder do Governo, e recebi o parecer assinado pela divisão jurídica daquele órgão, tendo em vista que a discussão na verdade, a mim parece, que é absolutamente em controversa a questão que envolve o pagamento aos policiais militares através de subsídio. Por quê? Porque assim está estabelecido no artigo 144, parágrafo 9º da Constituição Federal que remete ao artigo 39, parágrafo 4º, ou seja, relaciona que a remuneração dos servidores policiais será fixada de acordo com o artigo 39.

O que diz o artigo 39 da Constituição Federal? *O membro de poder, detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado, os Secretários Estaduais e Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio, fixado em parcela única, vedado acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obter disposto no artigo 37, inciso 10º e 11º da Constituição Federal.* Por quê leio todo o artigo 39? Porque se criou no imaginário dos policiais militares do Estado do Paraná que a votação dessa PEC pela Assembleia Legislativa, dobrará o salário dos policiais militares, retroagindo esse valor a 1998, quando foi aprovada a Emenda Constitucional nº 019. Isso que foi dito para os policiais militares.

Os Sr. e Sras. Parlamentares têm conversado com os policiais, e os mesmos acreditam que isso que lhes foi dito é verdadeiro, Sr. Presidente. Fico muito preocupado, porque todos sabemos que temos que promover um reajuste salarial para os policiais militares. Todos têm, absoluta convicção, que é necessário esse reajuste salarial. O que não podemos fazer é iludir as pessoas na sua boa-fé. Porque, sinceramente, há um grande processo que é, única e exclusivamente feito, para se obter resultado eleitoral iludindo, enganando as pessoas. Fico muito preocupado por isso, porque muitos dos Srs. e das Sras. Parlamentares, assinaram essa PEC na maior boa-fé do mundo.

E a minha preocupação vai a vários sentidos. Primeiro: basta ver o seguinte no segundo parágrafo da resposta dada pela assessoria jurídica da SEAP diz aqui: “A princípio proposição nos parece inócua, sem qualquer efeito prático, visto que a determinação para a instituição dos subsídios aos militares é matéria que já vem disciplinada pelo artigo 144, parágrafo 9º da Constituição da República Federativa do Brasil”, cujo texto é aquele que

eu já pude aqui dizer. E, ao mesmo tempo, a nossa Carta Estadual de 1989 prevê em seu artigo 13, parágrafo 3º: *compete ao Estado concorrentemente com a União legislar sobre: a superveniência de lei federal sobre nova gerar suspende eficácia da lei estadual no que lhe for contrário. Assim considerando que o mandamento constitucional vigente e que trata a matéria em debate aplica-se aos entes da federação não vê razão para levar adiante a presente proposição.* Obviamente assinado pela Diretora de recursos humanos da SEAP - Sônia Maria Schouber.

A Secretária Maria Marta não se satisfaz com esse parecer, retornou pedindo que houvesse, por gentileza, orientar esse gabinete quanto às revisões dos artigos da Constituição Federal e Estadual no sentido de verificar se há alguma alteração de substância na redação atual da Carta do Estado.

E o que diz a advogada que assina, responsável pela divisão jurídica de recursos humanos da Secretaria de Administração e Previdência do Estado? Diz textualmente. Prestem atenção, por favor, para depois não se alegar ignorância no que está sendo dito aqui. Até para poder esclarecer a cada um dos policiais militares, que procuram os seus gabinetes ou que, eventualmente, lhes encontram. Vou direto ao ponto aqui: a instituição de subsídio para o funcionalismo público em geral e para os militares depende única e exclusivamente de lei de iniciativa do Chefe do Poder Executivo. Por quê estou dizendo isso, Deputado Tadeu Veneri? Por que, infelizmente, se cria no imaginário das pessoas a expectativa que esta Assembleia possa votar uma PEC adequando o texto da Constituição Estadual à da Federal, e que isso dobraria o salário e pagaria atrasados para os policiais militares. Infelizmente, isso não é verdadeiro.

A PEC está no COPELEGIS. O COPELEGIS, terá que fazer uma análise prévia sobre a questão da constitucionalidade. Há um entendimento. Eu pessoalmente tenho um entendimento que não é necessária. Alias, eu e a Secretaria da Administração. A PEC não é necessária, nem que o Governo do Estado mande para cá e, muito menos, que ela possa ser constitucional, considerando vício de iniciativa que estamos dispendo justamente sobre a organização do Estado, que é competência privativa da Chefia do Poder Executivo. E aqui está claro, só para poder dizer a todos e orientá-los em relação aquilo que está sendo falado e dito. Aproveitando a nossa TV SINAL, quero dizer aos policiais militares que quem tem que enviar a esta Assembleia Legislativa um projeto de lei criando ou estabelecendo a remuneração, através de subsídio, para os policiais militares é o Chefe do Poder Executivo. Leia-se: Governador do Estado. É ele que tem competência legal para fazer.

Sr. Presidente, entendo que esta Casa vai analisar, deverá votar, mas que não iludam as pessoas ou enganem as pessoas na sua boa-fé. Tenho conversado com a base de sustentação ao Governo e é unânime a posição das Deputadas e dos Deputados, Deputado Ademir Bier, soli-

citando que haja um reajuste para os policiais militares. Todos sabemos, Deputado Jonas e prezados Deputados que integram a base de apoio ao Governo, o quanto que está se trabalhando e vamos chegar, Presidente, a uma solução para promover o reajuste.

Há também a discussão sobre a questão do soldão. A mim parece que o que está posto é pelo mandamento constitucional a obrigatoriedade de se pagar pelo subsídio. Agora, hoje no Brasil, só tem um Estado que paga através do subsídio, que foi recentemente aprovado, implantando e, num ginásio de esportes, o Governador Arruda e o Presidente Lula reuniram os policiais militares de Brasília, porque quem paga o salário dos policiais militares de Brasília é o Governo Federal. Não é o Governo do Distrito Federal, é o Governo Federal, e o Lula foi e implantou o subsídio no Distrito Federal. Sergipe também aumentou os salários. Bom reajuste até.

Ganham mais os policiais militares de Sergipe, hoje, pouco mais, é verdade, do que os do Paraná, é verdade, ganham um pouco mais. Mas, lá é o soldão que eles criaram. O soldão é 80% do salário fixo e 20% do variável. O problema do subsídio, para que todos entendam o que é o subsídio, é a mesma coisa que recebem as Sras. e os Srs. Parlamentares. Do primeiro ao último dia do mandato ninguém acresce um real de reajuste, absolutamente nada, aqui, durante os quatro anos o subsídio dos Deputados Estaduais e Federais fica congelado, ninguém tem um real de reajuste. Aqui há Parlamentares que são Parlamentares há seis, oito meses, o salário deles é exatamente igual a quem está há 20 anos, aqui, na Assembleia Legislativa. Parlamentar com um dia de Assembleia Legislativa ou com 20 anos ganha exatamente igual. Esse é o efeito subsídio. Conversem com os promotores de Justiça que ganham através do subsídio, com os Juízes, com os Desembargadores, perguntem a opinião, não dá para se agregar nada e se remove a questão da militocracia, da promoção que se pode ter por conta dos cursos, da capacitação, da qualificação do curso superior que tem hoje. Tudo isso vai agregando salarialmente. Por isso, Sr. Presidente, penso que V. Exa. toma a decisão correta, quero dizer a V. Exa. como Líder do Governo que penso que é a decisão correta. V. Exa. deverá nomear, tão logo a mensagem possa ser publicada no Diário da Assembleia Legislativa, se publicada, deverá nomear a Comissão Especial para que possa se analisar a constitucionalidade da emenda.

Mas, quero chamar a atenção, por favor, não iludam as pessoas, não enganem as pessoas na sua boa-fé. Por favor, não façam isso, porque não temos o direito e temos o dever de falar a verdade para as pessoas, especialmente para essa brava gente da Polícia Militar, que precisa ter um reajuste e vai ter um reajuste. Mas, não vendam para eles uma coisa que não vai acontecer. Então, encerro por aqui, V. Exa. toma a decisão correta como Presidente desta Casa. E certamente as bancadas indicarão os membros que integraram a Comissão Especial. E esse tema vai ser abordado em todos os seus aspectos.

Muito obrigado.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, para parabenizar V. Exa., não tinha notícia melhor. V. Exa. até parece um Papai Noel para os policiais militares, porque essa notícia com certeza será o assunto de hoje até o dia da votação em todo o Paraná, porque era o grande anseio dos Policiais Militares votar essa PEC visando o pagamento dos subsídios. Parabéns a V. Exa. Parabéns também, Deputado Romanelli. Creio que até terminar o recesso, acho que o coração de V. Exa., que é um amigo dos servidores, haverá de ser uma bandeira também para aprovar essa PEC, porque é a coisa mais esperada pelos Policiais Militares o subsídio. O subsídio está atrasado 11 anos em relação aos direitos que os policiais têm, é uma perda de mais de 25% de defasagem no vencimento dos policiais. Parabéns, Deputado Nelson Justus, esse é o grande presente de Natal que V. Exa. anuncia para os nossos queridos policiais militares.

Ordem do Dia:

O SR. PESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Deputado Pérciles de Mello, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

O SR. PESIDENTE (**Nelson Justus**)

Quero conclamar aos Presidentes e membros das Comissões Permanentes da Casa, publicamente, que nos ajudem, para que tenhamos condições de apreciarmos todas as matérias e votarmos nesta semana que entra. Temos algumas matérias importantes, que passam pela Comissão de Constituição e Justiça, lidas em plenário e, depois, estão emperradas em algumas Comissões Permanentes. Devido à força que têm essas comissões, peço para que possamos terminar o ano apreciando matérias importantes, que é o que a população espera de nós.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da

Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 493/09, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que declara de utilidade pública estadual a Associação dos Hortifrutigranjeiros e outros de Santa Amélia e Região - ASA, com sede no Município de Santa Amélia e foro no Município de Bandeirantes. **Aprovada. (Publ. no DA n° 107/09, de 16/09/09, em Projetos de Lei).**

2ª Discussão

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 310/08, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que denomina o nome de Escola Estadual, no Município de União da Vitória. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 587/09, de autoria do Deputado Nereu Moura, que declara de utilidade pública o Programa do Voluntariado Paranaense (PRO-VOPAR) - Ação Social do Município de Goioxim, com sede no Município de Goioxim e foro no Município de Cantagalo. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 633/09, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, que declara de utilidade pública a Associação Ebenézer, com sede no Município de Santa Terezinha de Itaipu e foro no Município de Foz do Iguaçu. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 449/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 069/09, que objetiva autorizar o Poder Executivo a construir a Pequena Central Hidrelétrica Cavernoso II, localizada no rio Cavernoso nos Municípios de Virmond e Candói. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CEMA. (Publ. no DA n° 101/09, de 31/08/09, em Mensagens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 449/09

P A R E C E R :

Do Projeto de Lei

O Projeto de Lei n° 449/09 de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo

a construir, por intermédio da COPEL Geração e Transmissão S/A, subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, Pequena Central Hidrelétrica Cavernoso II, localizada no rio Cavernoso, sub-bacia 65, na bacia hidrográfica do rio Paraná, nos Municípios de Virmond e Candói, Estado do Paraná.

Competência e Previsão Legal

Primeiramente, é indispensável análise no aspecto da competência constitucional para iniciar o presente projeto de lei, onde, vislumbra-se que a matéria tratada é de competência do Governador do Estado a iniciativa para tal propositura.

O artigo 65 c/c artigo 87, IV, da Constituição do Estado do Paraná, assegura ao Governador do Estado, iniciativa para propor leis complementares e ordinárias para a referida aprovação desta Casa de Leis, assim vejamos:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos em lei.

Art. 87 Compete privativamente ao Governador:

IV - iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

A Constituição Estadual, assegura o Governador do Estado do Paraná iniciar projetos de lei desta natureza, devendo ser apreciado pela Assembleia Legislativa.

Assevera ainda o artigo 163 da Constituição do Estado do Paraná, que é competência do Estado fomentar a implantação, em seu território, de usinas hidrelétricas de pequeno porte, para o atendimento ao consumo local, respeitada a capacidade de suporte do meio ambiente.

Assim, fica demonstrado que a matéria apresentada neste projeto lei, é de competência administrativa do Governador do Estado, uma vez que trata de autorização desta Casa de Leis para implantação da pequena Central Hidrelétrica Cavernoso II, nos Municípios de Virmond e Candói.

Diante do exposto, fica evidenciada, a constitucionalidade do presente projeto de lei, apresentado pelo Governador, pois o mesmo tem prerrogativa e competência para a proposição de lei estadual, sobre a referida matéria.

Conclusão

No que concerne a legitimidade, legalidade, autonomia federativa, técnica legislativa, vota-se pela constitucionalidade, vez que o projeto lei, não encontra nenhum óbice.

Sala das Comissões, em 20/10/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

NEREU MOURA - Relator

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE
PROJETO DE LEI N° 449/09

P A R E C E R :

O presente projeto ora sob comento tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a construir pequena

Central Hidrelétrica Cavernoso II, localizada nos Municípios de Candói e Virmond.

Em sede de Comissão de Constituição e Justiça o projeto restou aprovado, atestando sua constitucionalidade e legalidade. Chamada essa relatoria a se manifestar sobre o aspecto ambiental, com espeque no que se passa a efetivar a análise.

Vista a legislação ambiental regente do tema, nada encontramos que possa obstar o regular processamento da proposta, ante a concepção de pequena central hidrelétrica, reduzindo substancialmente o impacto da construção.

Com base nessa análise, nosso parecer é pela aprovação do presente projeto.

Sala das Comissões, em 25/11/09.

(aa) LUIZ EDUARDO CHEIDA - Presidente
RENI PEREIRA - Relator

Em discussão. Em votação.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Parece-me que já houve um acordo e a Comissão de Obras dará o seu parecer. Esta matéria volta de qualquer maneira, na segunda-feira, à Sessão Plenária.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Sr. Presidente, questão de ordem?

(Assentimento)

É exatamente isso. Está corretíssimo.

Só gostaria de fazer um pedido, para que a CCJ encaminhe as matérias importantes, para as respectivas comissões. Porque esse projeto já foi aprovado a um tempo na CCJ e não foi encaminhado à Comissão de Obras.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não foi despachado para a Comissão de Obras. Foi despachado para a Comissão do Meio Ambiente.

O SR. DURVAL AMARAL (DEM)

Sr. Presidente?

(Assentimento)

Queria reparar exatamente isso. Porque a CCJ não fica com projeto parado lá. Quando ele é aprovado, automaticamente, é encaminhado.

Então, o Deputado, a quem tenho o maior respeito, deve se informar antes de trazer uma informação que não condiz minimamente com a verdade. A CCJ encaminha.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, para encaminhar?

(Assentimento)

A questão de ordem do Deputado Marcelo Rangel, entendo até que a CCJ analisou justamente a constitucionalidade do tema. E claro, a do meio ambiente também, que são as comissões que devem efetivamente analisar.

Também penso que não há nenhum prejuízo em a Comissão de Obras analisar a questão da construção da usina hidrelétrica. Mas, como estamos na primeira discussão sobre a questão da constitucionalidade, há de se voltar para a pauta. O nobre Deputado que preside a Comissão de Obras, Marcelo Rangel, poderá naturalmente analisar e dar o parecer e antes de voltar para segunda discussão já volta com o parecer da Comissão de Obras.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Quero consultar o Deputado Marcelo Rangel e podemos, atendendo a solicitação dos Deputados, Nereu Moura e Romanelli, de que pudéssemos apreciar a constitucionalidade da matéria e aí sim voltaria à comissão de obras para o parecer, para que pudéssemos encaminhar na segunda-feira.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Sr. Presidente, tenho um entendimento, o meu parecer é favorável ao projeto. Mas, acho que temos que obedecer aos trâmites legais. Acho que isso é necessário. Temos muitos projetos que infelizmente estão travados, devido a algumas comissões, até mesmo através da CCJ.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Fiz esse pedido exatamente por causa disso.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Gostaria muito de acelerar o trâmite. Só corrigindo o Deputado Durval, que tenho uma grande amizade, mas é que ele não entendeu realmente, o projeto está sendo votado. Por isso que estamos pedindo para que passe pela Comissão de Obras o mais rápido possível.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Volto a insistir se votaríamos a constitucionalidade e aí sim remeteríamos a Comissão de Obras.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Não há problema, existe entendimento da Comissão de Obras.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Pela ordem Sr. Presidente.

(Assentimento)

Agora a pouco vi o Deputado Belinati fazer um pronunciamento, sobre um projeto seu que segundo ele estava engavetado na CCJ. Esse projeto está arquivado na CCJ faz muito tempo. Projeto que estabelece a obrigatoriedade da instalação de equipamentos com gel em prédios públicos. Isso já foi arquivado na CCJ.

É importante dizer até para as pessoas que estão acompanhando, que durante as reuniões da CCJ qualquer Deputado pode participar. Só não pode votar, mas ele pode pedir a palavra. É importante que o povo saiba que temos muitos projetos que às vezes atrapalha um pouco a

CCJ porque tem projetos inconstitucionais. Projetos que a gente entende que é só para a mídia. E que na verdade atrapalha a CCJ.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está em votação o item 05 com a ressalva de que o projeto voltará a Comissão de Obras.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Desculpe Sr. Presidente, não quero discutir o projeto, só reafirmar uma compreensão que estamos tendo e o Deputado Nereu que fez o relatório favorável desse projeto, tem a mesma compreensão que nós, é reafirmar que nós estamos cumprindo aquilo que a Constituição Estadual, no seu artigo 212 prevê. Ou seja: qualquer instalação de usina necessariamente tem de ser ouvida esta Assembleia. Não há como fazermos sem que a Assembleia seja ouvida. Falo isso, porque temos um debate a respeito de uma grande usina do Paraná e acho que o que estamos votando hoje, votei favorável na CCJ, vou votar favorável aqui, só referente a compreensão dos Legisladores, que na Constituição colocaram o artigo 212.

Obrigado Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está em votação. Os Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 452/09, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que denomina Terminal Rodoviário Darvil José Caron, o terminal localizado defronte ao Hospital Angelina Caron, no Município de Campina Grande do Sul. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovada. (Publ. no DA N° 101/09, de 01/09/09, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 452/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Alexandre Curi, tem por objetivo homenagear o Sr. Darvil José Caron o Terminal Rodoviário localizado em frente ao Hospital Angelina Caron, em Campina Grande do Sul, como forma de homenagear o senhor que deu início à construção do Hospital e Maternidade Angelina Caron, que hoje é referência em todo o Brasil.

Fundamentação

A Constituição Federal dispõe que é de competência da União, Estados e o Distrito Federal, legislar concorrentemente sobre proteção ao patrimônio paisagístico, turístico e histórico (artigo 24, *caput*, CF).

A Constituição Estadual, no seu artigo 65, assegura, a iniciativa legislativa de leis ordinárias, como é o caso em exame, a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa.

Porém, apesar de vislumbrar a legitimidade do autor para apresentar o projeto de lei, cumpre salientar que a Constituição Estadual veda a alteração de nomeação de patrimônio público, estadual ou municipal, que já contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos:

Art. 238. É vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais e municipais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, salvo para correção ou adequação aos termos da lei (...)

Por esta razão, o projeto foi baixado em diligência para a COMEC - Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - a qual encaminhou resposta, dizendo que nada consta acerca da denominação do Mini Terminal de Transporte de Campina Grande do Sul.

Desta forma, não há nenhum obstáculo legal para a aprovação do presente projeto de lei.

Conclusão

Diante do exposto, tendo em vista a constitucionalidade e legalidade do projeto de lei em análise, bem como a resposta favorável da diligência emitida pela COMEC, somos pela aprovação, prosseguindo a tramitação normal da presente proposição.

Sala das Comissões, em 24/11/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
JOCELITO CANTO - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 536/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 085/09, que autoriza o Poder Executivo a efetuar doação de imóvel ao Município de Porto Amazonas. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. Aprovada. (Publ. no DA n° 114/09, de 29/09/09, em Mensagens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO N° 536/09

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 536/09, de autoria do Chefe do Executivo Estadual que autoriza a doação de imóvel ao Município de Porto Amazonas, com especificação do bem no artigo 1º.

Em sua justificativa, o autor sustenta a conveniência e oportunidade da doação, portanto, parecemos razoável que ela ocorra.

Declara o autor que no imóvel objeto da doação funcionarão serviços públicos municipais. O imóvel será gravado com a cláusula de inalienabilidade na sua totalidade ou em parte. O imóvel retornará ao Estado do Paraná caso haja desvio de finalidade. É razoável que haja esta previsão pois o desvio de finalidade no ato administrativo macula o mesmo de vício insanável.

Sobre a finalidade do ato administrativo, com pressuposto teleológico de validade do ato, cite-se a reputada doutrina de Celso Antonio Bandeira de Melo.

Não se pode buscar através de um dado ato a proteção de bem jurídico cuja satisfação deveria ser, em face da lei, obtida por outro tipo ou categoria de ato. Ou seja: cada ato tem a finalidade em vista da qual a lei o concebeu. Por isso, por via dele só se pode buscar a finalidade que lhe é correspondente, segundo o modelo legal. Com efeito, bem o disse Eduardo Garcia de Enterría, com a habitual proficiência, que, os poderes administrativos não são abstratos, utilizáveis para qualquer finalidade; são poderes funcionais, outorgados pelo ordenamento em vista de um fim específico, com o que apartar-se do mesmo obscurece sua fonte de legitimidade.

Então, se o agente dispõe de competências distintas para a prática de atos distintos, não pode, sob pena de invalidade, valer-se de uma competência expressada pelo ato 'x' com o fito de alcançar a finalidade 'z' que deveria ser atingida por meio do ato 'y'.

Por exemplo: se o agente tem competência para remover um funcionário e possui também competência para suspendê-lo, não pode removê-lo com a finalidade de puni-lo, pois o ato de remoção não tem finalidade punitiva.¹

Também a síntese de Maria Sylvia Zanella Di Pietro é precisa e suficiente sobre o desvio de finalidade:

Seja infringida a finalidade legal do ato (em sentido estrito), seja desatendido o seu fim de interesse público (sentido amplo), o ato será ilegal, por desvio de poder.

A assessoria técnica da CCJ já se manifestou favoravelmente à tramitação da proposição.

Acolho o parecer técnico da assessoria para exarar parecer pela tramitação regimental da proposição.

Sala das Comissões, em 24/11/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
TADEU VENERI - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 536/09

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a efetuar doação de imóvel ao Município de Porto Amazonas.

A matéria já recebeu análise, quanto a constitucionalidade, da douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável.

Chamada a opinar, a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação encontra méritos indiscutíveis no projeto de lei em tela, pois a proposta tem por

1.MELLO, Celso Antonio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 14ª edição. São Paulo, Malheiros: 2002. Página 39.

objetivo, exclusivamente, para implantação de departamentos do serviço público municipal.

Isto posto, opinamos pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, em 30/11/09.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente
DOBRANDINO DA SILVA - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 603/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 096/09, que autoriza o Poder Executivo a efetuar doação de imóvel ao Município de Cerro Azul. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. **Aprovada. (Publ. no DA nº 130/09, de 28/10/09, em Mensagens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 603/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto apresentado pelo Executivo na pessoa do Exmo. Sr. Governador Roberto Requião, tem por finalidade doar imóvel de sua propriedade ao Município de Cerro Azul, com área de 1.080m², constituído pelos Lotes 8 e 9 da rua Manuel de acordo com a Matrícula nº 1.187 do Registro de Imóveis da Comarca de Cerro Azul com cláusula de inalienabilidade com finalidade originária para construção de um Posto do INSS.

Fundamentação

Quanto à iniciativa para legislar, o Regimento Interno desta Casa de Leis em seu artigo 29, parágrafo 1º, I, assim rege, *literis*:

(...)

Art. 29. ...

§ 1º As Comissões Permanentes, na respectiva área de atuação, competem entre outras:

I - iniciar o processo legislativo em leis complementares e ordinárias, nos casos permitidos pela Constituição.

(...)

A Constituição Estadual determina especificamente, em seu artigo 10:

(...)

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua Administração Indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamento de caráter social.

Parágrafo Único. A alienação a título oneroso, de bens imóveis do Estado dependerá de autorização prévia da Assembleia Legislativa e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamento de caráter social. (grifamos).

(...)

O projeto está de acordo com a disposição constitucional, visto que se trata de projeto de lei que autoriza a doação de propriedade imóvel do Estado para fins de assentamento de projetos diversos à geração de emprego e renda à população municipal que se reveste do caráter eminentemente social.

Quanto à técnica legislativa, o projeto atende os pressupostos de elaboração das leis.

Conclusão

Estando o projeto de lei revestido de constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa adequada, sou de parecer pela sua aprovação para que esta Casa de Leis aprecie no mérito, em plenário, a sua validade para futura conversão em lei.

Sala das Comissões, em 24/11/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
ARTAGÃO JÚNIOR - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO PROJETO DE LEI Nº 603/09

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a efetuar doação de imóvel ao Município de Cerro Azul.

A matéria já recebeu análise, quanto a constitucionalidade, da douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável.

Chamada a opinar, a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação encontra méritos indiscutíveis no projeto de lei em tela, pois a proposta tem por objetivo, exclusivamente, para instalação de um Posto do INSS.

Isto posto, opinamos pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, em 30/11/09.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente
DOBRANDINO DA SILVA - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 606/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 099/09, que autoriza o Poder Executivo a efetuar doação de imóvel ao Município de Altônia. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. **Aprovada. (Publ. no DA nº 130/09, de 28/10/09, em Mensagens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 606/09

P A R E C E R :

O projeto de lei ora em análise, de autoria do Poder Executivo, visa a concessão de autorização legislativa para que aquele Poder possa doar imóvel ao Município de Altônia, para que seja usado exclusivamente para o funcionamento do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme especifica.

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta comissão se manifestar, nada temos a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa, do Sr. Governador do Estado do Paraná, Chefe do Poder Executivo, estando, portanto presente o princípio da admissibilidade.

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável a este projeto de lei.

Sala das Comissões, em 24/11/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO PROJETO DE LEI Nº 606/09

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a efetuar doação de imóvel ao Município de Altônia. A matéria já recebeu análise, quanto a constitucionalidade, da douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável.

Chamada a opinar, a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação encontra méritos indiscutíveis no projeto de lei em tela, pois a proposta tem por objetivo, exclusivamente, para funcionamento do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Isto posto, opinamos pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, em 30/11/09.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente
DOBRANDINO DA SILVA - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 623/09, de autoria do Deputado Edson Strapasson, que declara de utilidade pública a Associação de Moradores Nova União de Pinhais, com sede e foro no Município de Pinhais. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovada. (Publ. no DA nº 135/09, de 09/11/09, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 623/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Edson Strapasson, tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação de Moradores Nova União de Pinhais, com sede e foro no Município de Pinhais - Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Ainda, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 24/11/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Questão de Ordem)

Sr. Presidente, há um projeto de minha autoria que estava na Ordem do Dia, tanto que ele está anexado aqui ao Projeto nº 569, que dispõe sobre os limites entre os Municípios de Curitiba e Pinhais. É um acordo de divisas formulado entre os dois Municípios, ou seja, um acordo firmado nos termos da Constituição Estadual pelo Prefeito Municipal de Curitiba, Carlos Alberto Richa; pelo Presidente da Câmara Municipal, João Cláudio Derosso; pelo Prefeito Municipal de Pinhais, Luiz Goulart Alves; pelo Presidente da Câmara Municipal de Pinhais, Demétrio César Tolon; pelo Coordenador da Base Territorial do IBGE, Luiz Augusto Loyola Macedo; e pelo Diretor-Presidente do IPCG, Téo Botelho Marés de Souza.

A minha surpresa, Sr. Presidente, é que eu fique esperando V. Exa. ler aqui para chamar para discussão e veja, eu estou aqui, V. Exa. talvez, a Constituição Estadual é que prevê que esse acordo de divisas não tem que ser submetido a nenhum plebiscito; tem que ser submetido justamente à análise desta Casa de Leis. É a disposição prevista na nossa Constituição Estadual, tanto que foi devidamente aprovado pela comissão...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Deputado Romanelli, cabe a Questão de Ordem de V. Exa. Foi por sugestão desta Presidência que retiramos de pauta para que pudéssemos tirar alguma dúvida e aí sim colocaremos amanhã.

V. Exa. quando redigiu, mandou alguma mensagem que foi mal interpretada. De qualquer maneira retiramos da pauta e voltaremos amanhã.

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimento nº 5829, de autoria dos Deputados Luiz Carlos Martins, Douglas Fabrício, Elio Rusch, Durval Amaral e Ney Leprevost, membros da Bancada de Oposição, constante do expediente de Sessão anterior. Rejeitado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, quero encaminhar no sentido de poder esclarecer aqui à Liderança da Oposição, a Bancada da Oposição sobre o tema que é objeto da discussão

desse requerimento que quer saber, em síntese, qual é o cargo que ocupa César de Queiróz Benjamim, cientista político, economista e jornalista, no âmbito da RTVE.

Então, quero dizer o seguinte: em primeiro lugar, quem é o Diretor-Presidente da Rádio e Televisão Educativa do Paraná, Marcos Antonio Batista, que ocupa um cargo da simbologia AE-1, nomeado pelo Decreto nº 053, de 1º de fevereiro de 2007; tem ainda como Diretor Administrativo Financeiro, Edson Luiz Bueno, cargo da simbologia DAS-3, nomeado pelo Decreto nº 6747, de 13 de junho de 2006; Nelson Ribas, Diretor de Tecnologia, cargo da simbologia DAS-2, nomeado pelo Decreto Estadual nº 4239 de 25 de janeiro de 2005. Diretor de Telejornalismo e Televisão, Paulo César Chaves, cargo DAS-2, Decreto Estadual que o nomeou nº 533, de 30 de março de 2007.

Quero informar ao Líder da Oposição e demais Srs. Deputados que o Sr. César Queiroz Benjamim, RG 12544298/6, exerce em comissão o cargo de simbologia DAS-1 desde o dia 1º de maio de 2008. Apenas à guisa de informação ele ocupa o cargo que foi ocupado pelo ex-Deputado Estadual que foi eleito Vereador, na época ele se descompatibilizou para disputar o mandato de Vereador, Algaci Ormário Túlio.

Faço estes esclarecimentos, como todos sabem, naturalmente vinculada a Rádio e Televisão Educativa, como autarquia, à Secretaria de Estado da Cultura e o cargo DAS-2 é um cargo que todos sabem a simbologia e o valor que é do AE-1, que é aquele cargo criado por esta Casa em 1995, se não me falha a memória, de assessoria especial, e tem o mesmo valor, atribuições e prerrogativas de um cargo de Secretário de Estado; este é o cargo do Diretor-Presidente, Marcos Batista.

Quero fazer este esclarecimento não só ao Líder da Oposição, mas à toda a nossa bancada, em respeito a todos, sem formular nenhum juízo de valor em relação à polêmica que o César Benjamim se envolveu na última semana, que eu pessoalmente acho que foi absurda a declaração, mas não me compete formar juízo de valor neste momento.

A informação em relação a este requerimento está aqui, nobre Deputado Elio Rusch, eu diligentemente fui obter informações para poder responder ao nobre Líder da Oposição.

O SR. ELIO RUSCH (DEM) (Para Encaminhar)

O Deputado Romanelli, como sempre prontamente, procura pegar os dados e fornecer ou esclarecer as questões levantadas. Mas o nosso requerimento, Deputado Romanelli, não se restringe, única e exclusivamente, à nomeação através dos decretos. O que nos causou muita estranheza é aquilo que consta no site do próprio Governo, ou seja, na SEAD, consta, é claro, que o César Queiroz Benjamim é Diretor-Presidente e que o Marcos Antônio Batista é Secretário de Estado através da simbologia AE-1, como V. Exa. tem falado muito bem.

Agora a imprensa tem noticiado, em Londrina o Governador Roberto Requião disse que Benjamim é funcionário da RTVE, comentarista político da emissora. Palavras ditas pelo Governador e confirmadas pelo Sr. Marcos Batista. Segundo o Governador: “Batista trabalha como comentarista de política, economia e história da RTVE, atua em projetos de programas especiais em relação ao cargo ocupado por Benjamim. Batista alegou que a única vaga disponível era de Diretor-Presidente”. Palavras do Secretário Especial: “A única vaga que tinha na RTVE era a vaga de Diretor-Presidente e que essa fosse exercida e nomeada pelo Sr. César de Queiroz Benjamim”. Quer dizer: o que a imprensa escreveu foi confirmado pelas pessoas que nós falamos. Agora, o que queremos saber: quando ele foi nomeado? Desde quando foi nomeado? E o mais importante de tudo, a última questão: por que a RTVE dispõem de dois cargos de direção com simbologias distintas? Diretor-Presidente, que é a DAS-1, e tem outro Diretor-Presidente, conforme o site, mas o Deputado Romanelli e nós sabemos que o AE-1 é Secretário.

O Governo tem, pode criar oito Secretarias Especiais de livre escolha dele, como inclusive ele nomeou o seu irmão como Secretário Especial. O irmão do Governador foi nomeado como Secretário Especial e agora ele nomeia o Marcos Antônio Batista como Secretário Especial.

Então, queremos saber quais as funções dos dois na RTVE, na TV Educativa. Qual a função do Marcos Antônio Batista como Secretário Especial? Qual a simbologia e qual o nome? Secretário Especial de quê? E a outra é do César Queiroz Benjamim. Qual é a função dele? E por que as duas funções dentro da TV Educativa, RTV? Não existiam, só agora, e para acomodar quem? Para acomodar o Sr. César Benjamim, ou ele já era funcionário antes? Isso também solicitamos através do nosso requerimento, e esses esclarecimentos V. Exa. não trouxe.

Respeito o Deputado Romanelli, mas os esclarecimentos que V. Exa. trouxe estão no site, qualquer um tem acesso a esse decreto. Mas na verdade não tem como retirarmos esse requerimento, porque os esclarecimentos que solicitamos não foram informados. Há informações... quer dizer, onde é que reside esse Benjamim? Há controvérsias nessas informações.

Aprovar esse requerimento eu acredito que não tem nada de mais. Mas peço aos Srs. Deputados, independente de Situação ou de Oposição, para que aproveemos esse requerimento e que possa ser esclarecido. Não há motivo para não aprovar, já que o próprio Deputado Romanelli trouxe a nomeação dos dois, trouxe os decretos, mas faltam alguns esclarecimentos que entendemos que são necessários.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Apenas para esclarecer à Casa o seguinte: não fiz a leitura do decreto, mas vou ler.

(Lê):

DECRETO N° 053 - 01/02/07

Publicado no Diário Oficial n° 7402 de 01/02/07

SÚMULA:

Nomeação de Marcos Antonio Batista, para o cargo de Diretor-Presidente da Rádio e Televisão Educativa do Paraná - SEEC...

O Governador do Estado do Paraná:

Resolve nomear, de acordo com o artigo 24, item III, da Lei n° 6174, de 16/11/70, MARCOS ANTONIO BATISTA, RG n° 629.101-5, para exercer, em comissão, o cargo de Diretor-Presidente da Rádio e Televisão Educativa do Paraná - símbolo AE-1, ficando exonerado, em consequência, do cargo de Diretor-Presidente - símbolo DAS-1.

Curitiba, em 01/02/07, 186° da Independência e 119° da República

(aa) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

VERA MARIA HAJ MUSSI AUGUSTO

Secretária de Estado da Cultura

RAFAEL IATAURO

Chefe da Casa Civil

DECRETO N° 2597 - 08/05/08

Publicado no Diário Oficial n° 7716 de 08/05/08

SÚMULA:

Nomeação de César Queiroz Benjamim, Rádio e Televisão Educativa do Paraná - RTVE, e exoneração de Algaci Ormário Túlio...

O Governador do Estado do Paraná:

Resolve nomear, de acordo com o artigo 24, item III, da Lei n° 6174, de 16/11/70, CESAR QUEIROZ BENJAMIM, RG n° 12.544.298-6, para exercer, em comissão, o cargo de simbologia DAS-1, da Rádio e Televisão Educativa do Paraná -RTVE, a partir de 01/05/08, ficando exonerado, a pedido, ALGACI ORMÁRIO TÚLIO, RG n° 346.236-6, a partir de 05/04/08.

Curitiba, em 08/05/08, 187° da Independência e 120° da República

(aa) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

VERA MARIA HAJ MUSSI AUGUSTO

Secretária de Estado da Cultura

JUSSARA BORBA GUSSO

Chefe da Casa Civil, Substituta

Os decretos são absolutamente claros, não tem dois Diretores-Presidentes. Tem um Diretor-Presidente que é o Marcos Batista, o outro é um cargo de assessoria DAS-1 da RTVE.

É isso.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (Pela Ordem)

Presidente Nelson Justus, não me lembro, em três anos de mandato, de ter dado uma entrevista sequer na

RTVE, que é a TV do Estado do Paraná. Se aconteceu alguma entrevista minha, deve ter sido no meio de alguma outra. Mas entrevista exclusiva não me lembro.

No entanto, Presidente Nelson Justus, apenas deixar claro aqui a figura do grande jornalista Marcos Batista, é na minha opinião uma das grandes estrelas do jornalismo do nosso Estado do Paraná, uma pessoa digna, da mais alta competência independente dos assuntos que estão sendo discutidos, para que se registre nos Anais da história o nosso reconhecimento à dignidade e à grande competência profissional desse extraordinário jornalista Marcos Batista.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra o Deputado Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH (DEM) (**Pela Ordem**)

Quero ler o decreto que o Deputado Romanelli trouxe para cá.

(Lê):

DECRETO N° 053 - 01/02/07

Publicado no Diário Oficial n° 7402 de 01/02/07

SÚMULA:

Nomeação de Marcos Antonio Batista, para o cargo de Diretor-Presidente da Rádio e Televisão Educativa do Paraná - SEEC.

O Governador do Estado do Paraná:

Resolve nomear, de acordo com o artigo 24, item III, da Lei n° 6174, de 16/11/70, MARCOS ANTONIO BATISTA, RG n° 629.101-5, para exercer, em comissão, o cargo de Diretor-Presidente da Rádio e Televisão Educativa do Paraná - símbolo AE-1, ficando exonerado, em consequência, do cargo de Diretor-Presidente - símbolo DAS-1.

Curitiba, em 01/02/07, 186° da Independência e 119° da República

(aa) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

VERA MARIA HAJ MUSSI AUGUSTO

Secretária de Estado da Cultura

RAFAEL IATAURO

Chefe da Casa Civil

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra o Deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA (PMDB) (**Questão de Ordem**)
(**Procede a leitura do Requerimento Interno, artigo 104**).

O artigo 104 deixa bem claro que não existe questão de ordem, a não ser que seja para observar o Regimento Interno.

(**Procede a leitura do artigo 123, inciso V**)

Portanto, quero que fique claro, Sr. Presidente, o artigo 123, inciso V do Regimento Interno estabelece que

V. Exa. que determina, no despacho, para quais comissões devem ir os projetos que dão entrada nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Cabe a questão de ordem de V. Exa., Deputado Nereu Moura. Esta Presidência tem procurado simplesmente prestigiar a todas Comissões Permanentes da Casa. Como já houve o entendimento que de qualquer maneira sei do que V. Exa. está falando, na segunda-feira vamos votar esse projeto.

Como não houve o acordo entre as lideranças a favor do requerimento, ou contrário ao requerimento, vamos votar.

Deputados que forem favoráveis ao requerimento votam com a expressão SIM. Os Deputados que forem contrários votam com a expressão NÃO. Votando.

Vai se proceder à apuração.

Está **rejeitado** o requerimento.

Requerimento n° 5852, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Já foram beneficiados mais de 4 mil agricultores, grande programa esse do Trator Solidário, para atender justamente a agricultura familiar, tanto da agricultura, do agricultor individualmente, como também na associação.

Um dos melhores programas com apoio desta Casa que aprovou a isenção das taxas de juros pagos, equivalência de produtos, feito em parceria com o Banco do Brasil.

É um grande programa e projeto conduzido pelo Secretário da Agricultura, Valter Bianchini.

Quero encaminhar favoravelmente, para que o Deputado Douglas Fabrício possa vir à tribuna, V. Exa. tem que assumir o compromisso de ir à tribuna e ler a resposta ao seu pedido de informação, para poder proclamar, propagar as informações desse grande Programa que é o Trator Solidário.

Encaminhamos favoravelmente!

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS) (**Para Encaminhar**)

O que queremos com esse requerimento é justamente tomar ciência desde a implantação do Programa Trator Solidário no Estado do Paraná, quantos foram os contratos já efetuados. Se foi bastante, ótimo! Nós Deputados estamos aqui para aprovar bons projetos, e aqueles que o Governo apresenta, que são bons para a população, todos os Deputados aqui votam favoravelmente.

Não vi até hoje um Deputado aqui dizer: “Esse projeto é bom para a população e vou votar contrário.”

Queremos também saber quais são os Municípios que foram atendidos com o referido programa, já que é um programa bom, e naturalmente que todo o Município do Paraná deve ter sido atendido.

Quantos contratos foram feitos por Município e quantos tratores já foram efetivamente entregues? Pedimos para especificar a quantidade.

É um bom programa, esperamos que os Municípios tenham sido atendidos.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Encerrada a discussão. Deputados que aprovam o requerimento. **Aprovado.**

Requerimento n° 5838, de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 5841 e 5842, de autoria do Deputado Luis Nishimori, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 5844 e 5845, de autoria do Deputado Ademir Bier, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 5846 a 5849, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 5850, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 5843, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Dois oradores inscritos em Explicações Pessoais, Deputado Jocelito Canto e Valdir Rossoni, cada um dos Srs. Deputados tem 15 minutos.

Esta Presidência roga ao Sr. Deputado Jocelito Canto que não espera outra coisa de V. Exa. que não seja o equilíbrio e o bom senso, o que lhe é muito peculiar, para que possamos terminar a Sessão num nível que compete e combina com esta Casa.

Explicações Pessoais:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao Sr. Deputado Jocelito Canto, inscrito.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, quando se fala de alguns assuntos que não se quer aqui, algumas pessoas até mudam algumas coisas que você fala aqui.

Primeiro, quero dizer ao Deputado Valdir Rossoni que não sou desqualificado, nunca ajudei a sustentar um Governo ladrão. Desqualificado é quem sustenta um Governo que roubou. Isso para mim é ser desqualificado.

As questões que eu falei aqui não são insinuações. O que falei aqui, primeiro de Brasília, nós falamos das questões que envolvem o DEM, aquela roubalheira que

está em Brasília e que todos vocês estão acompanhando. E cobrei, falei sobre dois Deputados do Paraná que, estranhamente, deixaram seus mandatos e foram a Brasília. Abandonaram o povo paranaense, eleitos, e foram prestar serviço a outro Estado, que não contribuem em nada para o Estado do Paraná. Chamei atenção da preocupação em relação a isto.

O Tribunal de Justiça, Deputado Valdir Rossoni, o que pensa o Tribunal de Justiça? Vou dizer a V. Exa., não tenho preocupação nenhuma em falar do Tribunal de Justiça. O que penso do Tribunal de Justiça está lá, no CNJ. V. Exa. sabe o que é o CNJ, não é? CNJ esteve aí. Com toda a coragem que me é possível, fui lá e protocolei o que penso do Tribunal de Justiça.

O Ministério Público não preciso falar. As próprias ações estão aí, mostrando a perseguição do Ministério Público contra mim, enquanto Prefeito. As provas estão aí. Esta semana eu leio uma sentença do Juiz dizendo que o Ministério Público realmente tem dois pesos e duas medidas em relação a mim. Isto é verdade. Basta acompanhar a sentença.

Sei que durante o tempo em que fui Prefeito teve interferência do Jaime Lerner, que várias vezes pediu para o Procurador fazer ações contra mim. Eu sei que era o Deputado Plauto Miró Guimarães quem levava os pedidos. O assessor dele, que trabalhava para ele, já me disse isso. Então, não é preciso mentir. Estamos aqui jogando limpo. Este é o princípio. É isto o que eu penso do Ministério Público, do Tribunal de Justiça.

Quando ao Beto Richa, em momento nenhum falei que ele é ladrão. V. Exa. não está ouvindo bem. Eu disse que o Governo dele passou por roubalheira. Isto eu não preciso provar a V. Exa. é só pegar os jornais.

Iguatemi. Está aí. Mais confusão que aquela Iguatemi? Os radares, esta confusão que aí está. O senhor imagine, Deputado Valdir Rossoni, se o Prefeito de Ponta Grossa não fizesse licitação dos radares, o que é que o Ministério Público iria fazer? Se o Prefeito de Ponta Grossa não fizesse licitação dos ônibus, em Curitiba, do transporte coletivo prometido em campanhas, vamos licitar, imagine se o Prefeito de Ponta Grossa não faz isso? Ação. O Ministério Público deveria fazer.

Então, eu nunca disse que o Beto Richa é ladrão, porque nunca vi ele roubando. Só vou dizer que ele é ladrão se eu ver se pudermos ver. Aí, sim. Agora, o Governo dele passa por momentos. Todos os Governos passam. E o Beto Richa não é diferente. Ele não é imortal. Ainda não é. Querem fazer dele um imortal. Ele foi Deputado aqui. Quando falamos do PT, pau no PT; quando falamos de outros partidos, não querem que fale. Este é meu posicionamento.

Quanto à questão de processos, é preciso ver como são feitos, Deputado Valdir Rossoni. Tem gente que não teve nenhum processo. V. Exa. diz que não tem nenhum. Parabéns a V. Exa, que foi Secretário nesta Casa. Aliás, um belo Secretário. Não teve nenhum processo. Parabéns.

Quanto à questão que V. Exa. fala de que não quis me dar um aparte porque sou um desqualificado, mas cheguei aqui nos braços do povo. Campanha simples, pobre. Pela terceira vez. Não é a quinta. Perdi a eleição. Perde-se eleição, claro. Quem entra numa eleição é para ganhar ou perder. Você nunca ganha tudo. Tem dias que você vai perder. Agora, tem que participar. E eu tenho participado, quando chamado pelo povo.

Quanto ao Ministério Público também, vou lhe passar uma cópia depois, quero que V. Exa. fique com um cópia. Casualmente, hoje protocolei um documento no Ministério Público do que eu penso do Ministério. Gostaria de lhe entregar para que V. Exa, como Parlamentar que é fiscalizador que é, depois queira assinar isso, também, se entender que é correto o que escrevo aqui. V. Exa. perfeitamente vai entender o que escrevo aqui. É outro momento de coragem deste Parlamentar. Está aqui e o Presidente desta Casa já foi comunicado. E não é de hoje.

Então, hoje, coincidentemente protocolei este documento. Até para ouvir o Ministério Público a respeito de tudo o que coloco aqui. O Tribunal de Justiça, já falei, CNJ, eu tentei várias vezes aprovar alguns requerimentos, não me lembro como é que V. Exa. votou, minha memória não me permite lembrar, mas fiz alguns requerimentos para tratar de alguns assuntos e não fui atendido e a Comissão de Fiscalização também não foi atendida, então fiz à CNJ, lá coloquei o que penso.

Tem gente boa no Poder Judiciário, tem gente boa no Ministério Público, conheço bons promotores e tem gente boa em todos os Poderes. Agora, quanto ao Jaime Lerner não vou discutir com V. Exa., porque acho que foi o Governo mais corrupto que passou por este Paraná. Não precisa ir longe, basta olharmos o que temos aí. Vejo toda semana aqui falarem do pedágio: ou baixa, ou acaba. Mas o Jaime Lerner fez isso na campanha e se elegeu. Ele foi lá e baixou o pedágio, enganou o povo do Paraná e depois subiu o pedágio. E o problema do pedágio, graças àquele lá de trás, está aí hoje. Vamos parar de conversa fiada. Esse é meu pensamento sobre o Jaime Lerner, foi o Governo mais corrupto que o Paraná já teve. Prova que, todo mês, pagamos 70 milhões do roubo do BANESTADO. E digam que não foi o Jaime Lerner que quebrou o BANESTADO, é só pegar os documentos.

O BANESTADO foi o negócio mais corrupto da história deste Paraná. Poderia falar de outros casos do Jaime Lerner, tantas coisas aconteceram no Governo Jaime Lerner, as CPIs que fizemos aqui, a CPI do PARANACIDADE, está lá no Ministério Público, não deu nada, provado desvio de recursos. Está provado! Jogos da Natureza, não deu nada e está provado desvio.

Agora, dá para o Prefeito de Ponta Grossa, o Prefeito de Irati, para o Prefeito do interior dá; o Prefeito daqui não dá não! O Governador daqui não dá não! Nunca se gastou tanto em mídia como gastou esse Governo Lerner. Teve políticos que compraram rádios com esse dinheiro da comunicação. Não precisa

dizer, basta olhar! Está lá no Tribunal de Contas quanto às rádios receberam, não precisa falar. Vamos jogar limpo! Aí vão dizer que é olhar, pelo retrovisor, mas vocês estavam aqui naquela época e não fiscalizaram! Não fiscalizaram o Jaime Lerner. Aí o banco quebrou. Tem tantas coisas do Governo Jaime Lerner que está aí. E não vai dar nada! Vai dar para quem? Vai dar para o Prefeito de Ponta Grossa, para o Prefeito do interior, para o Vereador. Agora, para o Governador não dá nada! As contas são aprovadas com ressalvas. Isso não vai dar em nada. Os Prefeitos deveriam ser mais corajosos, abrir a boca, levantar a voz e contar o que está acontecendo.

Para terminar, tenho a maior admiração pelo Deputado Valdir Rossoni. Em momento algum chamei V. Exa, de corrupto! Jaime chamaria! Não tenho provas que V. Exa. roubou. Se eu soubessem, poderia falar, mas não tenho conhecimento, pelo que sei V. Exa. tem uma ficha limpa, bonita, maravilhosa, foi Secretário desta Casa, foi Líder do Governo Jaime Lerner. V. Exa. já disse para mim várias vezes que ajudou, defendeu, mas não participou de nada. Sua ficha é limpa, a minha não. A minha é uma ficha de um Prefeito sofrido, perseguido, mas que não se entrega. Vou até o fim, não tenho preocupação nenhuma. Só fico um pouco chateado quando algumas pessoas falam de mim com aquele falso moralismo. Não sou santo, não sou o político mais honesto. Tenho meus defeitos, tenho um monte de defeitos. devo ter feito coisa errada? Devo ter feito, acho que fiz. Cometi algum erro? Cometi. E quem não cometeu?

Quero deixar claro aqui que este é o meu posicionamento. Vou até o fim. Não vou deixar de falar. Acho que está na hora de abrir os pronunciamentos. Aconteceu tudo aquilo lá em Brasília, não se pode falar do DEM, porque o DEM é imbatível. Ao mesmo tempo em que se fala do PT, se fala do DEM. Tem que se falar de todo mundo. Ou só se pode falar do PT? É só o PT que não presta? É só o PT que leva dinheiro na cueca?

Ninguém questionou ainda que dois Deputados Federais do Paraná abandonaram seus mandatos para estar lá junto com aqueles caras, que hoje estarrecem o País, está todo mundo apavorado de ver aquilo; rezam, os caras rezando porque pegaram dinheiro, estão rezando e agradecendo. E aí dois cidadãos aqui, e um é coordenador da campanha do Beto Richa, Deputado Rossoni, não é verdade que o Alcení Guerra é? Não fui eu quem o nomeou, ele é o coordenador do Beto Richa. E se perguntarem para mim o que é que eu tenho contra o Beto Richa, nada, absolutamente nada pessoal contra o Beto Richa. Agora, entendo que o seu Governo também tem problemas.

Por exemplo: Segurança. Não se criou aí, Francisquini iria resolver os problemas. A Segurança de Curitiba continua do mesmo jeito. O caso lá da rodoviária, daquela criança que morreu, Deputado Rossoni, se tivesse uma câmara lá quem sabe teria pego o bandido! Poderia dizer que é culpa do Beto Richa? Não, também não. Então nada pessoal contra o nosso querido Beto Richa.

É importante dizer, e reafirmo, as três coisas que o senhor, não precisa pedir para o Presidente, se o senhor pedir por escrito eu faço, acho que lhe respondi. Se o senhor tiver alguma dúvida amanhã o senhor me pergunta, mas acho que eu respondi as três coisas que V. Exa. me pediu aqui: Ministério Público já respondi, disse aqui na Frente do Procurador, V. Exa. é testemunha, no dia da minha posse aqui eu falei, depois falei várias vezes aqui, nunca me escondi para falar. Tribunal de Justiça já falei; Beto Richa acabei de falar. E Jaime Lerner, é o que eu penso dele, também não tenho nada pessoal contra ele, só acho que o Governo dele foi o mais corrupto da história do Paraná, pelo menos os números mostram isso, e eu não posso pensar diferente, porque todo mês venho aqui com o dinheirinho para descontar 70 milhões do banco que foi roubado. E tem um monte de gente envolvida nesse banco, e não deu nada para os tubarões, deu para os coitados dos gerentes dos bancos, que estão presos, os coitadinhos.

Outro dia eu perguntei à Secretaria da Fazenda: devolveram o dinheiro? Nada, não devolveram nada. Vi o Juiz Federal dizendo que não deu nada, porque sempre há um jeitinho de fugir do processo. Juiz Federal escreveu isso.

Então, Sr. Presidente, encerro as minhas Explicações Pessoais dizendo, Deputado Rossoni, respeito V. Exa. como sempre, nunca lhe chamei de ladrão, V. Exa. se ouviu entendeu errado, porque eu, para chamar alguém de ladrão, tenho que ter um documento aqui, daí eu vou e chamo. V. Exa., nunca lhe chamei, e nunca lhe pedi a sua ficha corrida, nunca lhe pedi, e jamais pediria. Agora, posso falar o que eu penso.

Não concordo com V. Exa. quando fala que eu sou um desqualificado. Acho que o Parlamento é bonito por causa disso, tem os doutores, tem os advogados, tem os que fazem mídia, tem tudo, é bonito porque é um contexto de vários membros, e cada um tem um jeito de falar. Eu, o meu jeito é esse, meu jeito de falar é esse, e vou continuar falando, e não estou preocupado com o dia de amanhã. Vou continuar fazendo aquilo que eu penso, vou me sentir bem, e vou continuar falando aquilo e pronto. E só não concordo com V. Exa. que eu sou um desqualificado, porque há momentos, Deputado Rossoni, que na vida aprendemos muito, eu sou mais novo do que V. Exa., não tenho dúvida que V. Exa. tem muito mais experiência do que eu, mas quero dizer a V. Exa. que estou preparado para o que der e vier.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Ainda em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao Deputado Valdir Rossoni.

Deputado Valdir Rossoni (PSDB)

O SR. VALDIR ROSSONI

Srs. Deputados, Deputado Jocelito.

Talvez tenha sido, talvez não, foi esse Parlamentar que falou agora que a população votou, e V. Exa. veio nos

braços do povo. Se V. Exa., - e nós sabemos o que é uma administração pública - se V. Exa. apontar aqui equívocos da administração do Prefeito Beto Richa que foi o nosso ponto principal, estaremos aqui para ouvir e para esclarecer. O que eu me referi anteriormente, e falei que V. Exa. talvez tenha usado uma palavra muito pesada, desqualificado, eu retiro essa palavra. Mas digo a V. Exa. da forma jocosa com que se refere aos Parlamentares que votaram aqui, sim, no Governo Jaime Lerner, ou que fizeram parte do Governo Jaime Lerner, como fez Nelson Justus, como fizeram alguns Parlamentares aqui.

Quem foi Presidente do BANESTADO foi o pai do Stephanes, que está aí na sua frente. O Stephanes foi Secretário, o Ney Leprevost foi Secretário, eu não fui Executivo. Agora, nosso problema não está no Governo. V. Exa. procurou, inteligentemente - é por isso que V. Exa. tem uma grande audiência de comunicador - levar a conversa para o outro assunto. O nosso assunto aqui é Beto Richa.

Ultimamente, ao se dirigir aos Parlamentares ou qualquer assunto que acontece no Paraná, V. Exa. usa um linguajar que não é do Deputado Jocelito, de um Parlamentar qualificado: "O Betinho Richa parece que é um santinho." Esse tipo de atitude me permita discordar de V. Exa. Se V. Exa. tivesse usado o mesmo posicionamento ali, V. Exa. teria recebido um aparte do Deputado Rossoni, que é orgulhosamente Presidente do Partido do Prefeito Beto Richa, e eu teria respondido a questão Iguatemi, a questão radares, o que V. Exa. quisesse. V. Exa. viu que me afastei do plenário para pedir informações, porque não tenho as informações da Prefeitura. Tudo que V. Exa. falou aqui do Prefeito Beto Richa, o Prefeito tomou providências.

E se amanhã V. Exa. trouxer aqui qualquer questão que gere dúvida na administração Beto Richa, ele estará à sua disposição para recebê-lo, para ouvi-lo, porque se existe uma pessoa educada, uma pessoa com postura digna de um homem público, é o Prefeito Beto Richa. Jamais ele vai tratá-lo mal. Jamais V. Exa., a hora que apontar um equívoco da administração Beto Richa, ele vai ser deselegante com V. Exa.

Agora, me permita, Deputado Jocelito, V. Exa. disse que sou mais velho. Sou. Gostaria de ser mais novo sim. Fico feliz quando V. Exa. vai à tribuna e afirma que não me chamou do que disse. Fico feliz, porque outro dia, numa conversa particular, eu disse para V. Exa.: V. Exa. não está sendo correto comigo! Fui lhe prestar contas da minha vida porque sou um homem público. Eu devo explicações a V. Exa. e ao povo do Paraná. Agora, V. Exa. não venha me misturar com patifaria, com baderna, com ladroagem, com sacanagem, porque com 57 anos, até hoje, consegui manter minha postura.

Também, Deputado Jocelito, tem isso: se V. Exa. manter essa postura do último pronunciamento, pode contar aqui com uma pessoa que vai debater com V. Exa., mas vai tratá-lo com dignidade. Agora, não vai ser no grito, não vai ser no desrespeito, não vai ser da forma

com que V. Exa. me tratou e tratou Parlamentares desta Casa, daquela forma naquele pronunciamento. Aí não. Aí estarei aqui também, com os mesmos direitos regimentais para me defender e para defender aqueles companheiros que eu acho que merecem a minha defesa. Faço isso com a certeza absoluta que estou defendendo a dignidade de um homem público, que muitos paranaenses já respeitam pela sua capacidade, que é o Prefeito Beto Richa.

Aonde andamos neste Estado, todos os finais de semana, de sábado a domingo, encontramos centenas de pessoas recebendo o Prefeito Beto Richa, porque é um jeito diferente de política que está nascendo para o cenário político do Paraná. Se eu me calar, Deputado Jocelito, que há muitos meses V. Exa. vem insinuando daquela tribuna, estou consentindo, estou admitindo, estou me acovardando. Covarde não! Desonesto não! Omissos não! Respeito sim. V. Exa. sempre terá o meu respeito, desde que trate meus Pares, desde que trate meus parceiros políticos com o devido respeito que eles merecem.

Sinceramente, vou triste para casa hoje, porque gostaria de travar o bom debate com V. Exa., mas o nosso primeiro debate não foi qualificado da maneira que o povo paranaense deseja. Tenha certeza absoluta que os paranaenses que ouviram o seu pronunciamento não aprovaram o seu pronunciamento, porque há maneiras de apontar equívocos de Governo sem ofender a integridade de pessoas honestas e dignas da política paranaense.

Desculpe-me, até estou sendo muito eloquente, teria que ser mais tranquilo. V. Exa. é radialista e tem mais capacidade de comunicação do que eu. Agora, tenho o direito de me indignar quando me ofendem. E não procure, Deputado Jocelito, puxar o debate para o lado que V. Exa. deseja. Quero discutir aqui se V. Exa. tem um outro pré-candidato a Governador, é um direito seu. Mas, ultimamente V. Exa. está tendo aqui um comportamento de que quer, de qualquer forma.

Ora, o que tenho eu, como V. Exa. já nomeia um coordenador para a campanha do Beto Richa, que ele nem é candidato? Será que esse homem está incomodando tanto? Ah, porque o Deputado Federal "x" está em Brasília, que é coordenador da campanha do Prefeito Beto Richa. Nem coordenador tem! Nem candidato é! É pré-candidato do partido? É pré-candidato do partido. Quem está acompanhando o Prefeito Beto Richa é o partido pelo interior do Estado, e aqueles Parlamentares, e aqueles admiradores que querem o acompanhar nessa nova caminhada. Agora, não vamos aqui desvirtuar. Não vamos aqui tentar distorcer a verdade, trazer aqui o que não existe.

Deputado Jocelito, com a transparência que é peculiar do Prefeito Beto Richa, e ninguém consegue 77% dos votos do seu povo se não tiver qualidades. Ninguém consegue ter mais de 80% de aprovação se não

tiver qualidades. Pode haver equívocos na administração do Prefeito Beto Richa? Pode, ele trabalha com centenas de servidores públicos. E nós temos a obrigação, como amigos dos curitibanos e como amigos dos paranaenses, de ajudar o Prefeito Beto Richa a fazer uma melhor administração ainda do que está fazendo, mas de uma forma elegante, educada, de uma forma que os paranaenses esperam dos Parlamentares do Paraná.

Tenho orgulho de ser Deputado, não tenho vergonha de dizer que sou Deputado, porque sei o que fiz durante a minha vida pública. Não tenho vergonha de dizer que não tenho nenhum processo contra mim em 57 anos de vida. Esta é minha ferramenta, minha defesa, minha integridade, minha vida. Tenho um neto de cinco anos na minha casa, que me assiste na televisão, e quero que ele veja em mim um avô que tem honra, honradez, qualidades, que fica indignado quando acontece injustiça. Por isso, não tenha dúvida, enquanto o Prefeito Beto Richa manter essa postura, essa dignidade, a honradez que vem do seu pai, não tenho dúvidas, Deputado Jocelito, eu estarei aqui defendendo o Prefeito Beto Richa e ajudando a corrigir os possíveis equívocos que tenha na sua administração.

Desculpe-me se fui áspero com V. Exa., mas minha indignação foi muito grande. Espero que V. Exa. retribua, e vamos ter aqui um grande debate, porque teremos eleição para Governador, mas em um nível que a população paranaense espera e tem o direito de exigir dos Parlamentares do Paraná.

Muito obrigado.

Encerramento da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 02, às dez horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n^{os} 560 e 568/09.

2^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n^{os} 452, 536, 603, 606 e 623/09.

1^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n^{os} 534, 569, 579, 582, 595, 604, 605, 607 e 627/09.

Levanta-se a Sessão.